



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 132

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 17 de março de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva) e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.

A sessão iniciou-se com a apresentação de diversos votos, os quais foram aprovados por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário da Livraria Solmar](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado José San-Bento (*PS*).

- [Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário do Agrupamento de Escuteiros de São Vicente Ferreira](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida (*PSD*), usou da palavra a Sra. Deputada Marta Couto (*PS*).

- [Voto de Congratulação pelos 25 Anos da Associação de Andebol da Ilha do Faial](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto supracitado foi apresentado pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*).

- [Voto de Congratulação pelos 25 anos da Rádio Televisão Artesia](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Usaram da palavra os Srs. Deputados José Andrade (*PSD*) e Pedro Moura (*PS*).

- [Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário de Passos Pesados](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Cláudio Almeida (*PSD*), usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado José San-Bento (*PS*).

- [Voto de Saudação a Pedro Rodrigues, campeão do mundo de ornitologia](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Sobre este voto usaram da palavra a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), para fazer a apresentação do voto, e os Srs. Deputados António Parreira (*PS*) e Luís Rendeiro (*PSD*).

- [Voto de Pesar pelo falecimento de Ana Vieira](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*), usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado José Andrade (*PSD*).

- [Voto de Pesar pelo falecimento de Ivo Nunes](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*), usou da palavra a Sra. Deputada Cecília Pavão (*PS*).

- [Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Andrade Moura](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*).

Posteriormente, proferiu uma declaração política o Sr. Renato Cordeiro (*PSD*).

Sobre a mesma usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Duarte Moreira (*PS*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Duarte Freitas (*PSD*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Para interpelar a Mesa usou da palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*) e o Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*).

Seguiu-se a Agenda da Reunião com o debate e votação das seguintes iniciativas legislativas:

- [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 55/X – “Estabelece a proibição na Região Autónoma dos Açores da comercialização, manuseamento, armazenamento, utilização ou libertação no meio ambiente de todos os compostos que contenham Glifosato”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

No debate participaram as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*) e Graça Silveira (*CDS-PP*) e os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e José Contente (*PS*).

Proferiu um protesto o Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*) e um contraprotesto a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

- [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 52/X – “Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 23/2006/A, de 12 de junho”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 56/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2006/A, de 12 de junho, que estabelece o regime jurídico do transporte coletivo de crianças”](#).

O requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP de baixa à Comissão, justificado pela Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), foi rejeitado por maioria.

Para apresentar as iniciativas usaram da palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares (BE) e a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues).

O debate contou ainda com a participação dos Srs. Deputados André Rodrigues (PS), Jorge Macedo (PSD) e Paulo Estêvão (PPM).

Na generalidade, o Projeto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pela Representação Parlamentar do BE, foi rejeitado por maioria.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 56/X foi aprovada por maioria.

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e os Srs. Deputados Jorge Macedo (PSD) e Paulo Estêvão (PPM).

A Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de março de 2016 foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 47 minutos.

Presidente: *[Corte na gravação]*

(Eram 10 horas e 11 minutos.)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco **Messias**

Catarina Paula **Moniz Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Paula Alexandra Pires Silveiro **Bettencourt**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Paulo Jorge da Silva **Ribeiro**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, significa que temos quórum. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos começar, como é habitual, com a apresentação de votos.

O primeiro é um voto de congratulação referente ao 25.º aniversário da Livraria Solmar, é apresentado pelo PS e, para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação pelo 25.º aniversário da Livraria Solmar

No dia 21 de Março de 1991 abria ao público, no primeiro andar de um recém-inaugurado Centro Comercial de Ponta Delgada, a Livraria Solmar - Artes e Letras, com as ilustres presenças de António Lobo Antunes e Daniel de Sá simbolizando a grandeza da literatura portuguesa de além-mar e da ilha.

Foram sócios fundadores José Carlos Frias, José Garcia e o ex-deputado deste Parlamento, Albano Pimentel. Esta sociedade durou 5 anos. A partir de então, José Carlos Frias assume os destinos da livraria tendo como sócia a filha Teresa e como colaboradora direta a sua esposa, Helena Frias.

Desde o dia da sua inauguração, a Livraria Solmar estabeleceu-se como um local de referência cultural na Cidade de Ponta Delgada e na Ilha de São Miguel.

Durante duas décadas e meia a Livraria Solmar promoveu lançamentos de obras, tertúlias, encontros e outros importantes eventos com diversas personalidades nacionais ligadas ao mundo da literatura, da poesia, do ensaio ou do estudo: Manuel Alegre, Eugénio de Andrade, José Saramago, José Cardoso Pires, António Lobo Antunes, David Mourão Ferreira, Mia Couto, Gonçalo M. Tavares, Almeida Faria ou José Luís Peixoto.

José Carlos Frias e a sua equipa empenharam-se igualmente na nobre missão de dar a conhecer os autores açorianos: João de Melo, Emanuel Félix, Emanuel Jorge Botelho, Álamo de Oliveira, Machado Pires, Manuel Ferreira, José de Almeida Pavão, Fernando Aires, Onésimo Teotónio de Almeida, Urbano Bettencourt, Adelaide Baptista, Vamberto Freitas, Dias de Melo, Daniel de Sá, Joel Neto, Nuno Costa Santos, João Pedro Porto, Renata Correia Botelho, Leonardo Sousa, Leonor Sampaio, Madalena San-Bento, entre muitos outros.

Este espaço de cultura acolheu também artistas plásticos como Carlos Carreiro, Victor Boga, Urbano, Luís França ou Tomaz Borba Vieira; personalidades nacionais como José Medeiros Ferreira, Mário Mesquita ou Jaime Gama; inúmeros jovens criadores literários açorianos e até humoristas como Ricardo Araújo Pereira.

A livraria pretende ser sempre a segunda casa dos leitores e dos escritores, com uma excelente seleção dos livros expostos, música ambiente, espaço do prazer do toque e do folhear os livros, a conversa agradável e a simpatia dos livreiros amantes das letras.

Em 2015, a livraria Solmar estabeleceu uma parceria comercial da maior relevância com o grupo editorial Leya, um dos mais importantes do nosso País. Numa época em que se assiste à crescente digitalização dos suportes de leitura, decorrentes da desmaterialização inerente à economia do conhecimento, espaços como as livrarias são templos de cultura cada vez mais raros e por isso cada vez mais reverenciados.

Neste novo paradigma de consumo cultural a Livraria Solmar tem sabido sempre inovar e reinventar o encanto da leitura, das artes e das Letras, o que tem permitido fidelizar e dinamizar os consumidores de cultura literária nos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista-Açores propõe o seguinte voto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela passagem dos vinte e cinco anos de atividade ininterrupta da Livraria Solmar – Artes e Letras; reconhecendo o relevante contributo que a mesma tem prestado à promoção da leitura, à divulgação das artes e à dinamização da cultura açoriana em particular.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao casal proprietário da Livraria Solmar – Artes e Letras.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Março de 2016

Os Deputados: *Berto Messias, José San-Bento e Francisco Coelho*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é referente ao 25.º aniversário do Agrupamento de Escuteiros de São Vicente de Ferreira, é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação

25º Aniversário do Agrupamento de Escuteiros de São Vicente Ferreira

No passado dia 10 de Março, o Agrupamento de Escuteiros de São Vicente Ferreira celebrou as suas promessas, comemorando 25 anos da sua fundação.

O agrupamento 974 de São Vicente Ferreira conta com 25 anos de existência, atualmente com um contingente de cerca de 100 escuteiros. Apadrinhado pelo

Agrupamento 433 dos Arrifes e influenciado pelo padre Aurélio de Freitas Noia, os chefes fundadores do agrupamento foram: Duarte Alves, Carminda Alves, Ana Martins, João Viveiros, Carlos Nunes e Maria da Conceição Pacheco.

A celebração da eucaristia e das promessas decorreu na igreja paroquial de São Vicente Ferreira. A eucaristia foi presidida pelo jovem Padre Hélio Soares, pároco da freguesia, contando com a presença do Ouvidor de Capelas, o padre Horácio Dutra, e com a ilustre presença de sua excelência reverendíssima o Bispo D. João Lavrador.

De entre as características que fundamentam o movimento escutista, é a educação a que reveste maior importância na formação do escuteiro. Aprender para saber, aprender a fazer, aprender a viver em conjunto e aprender a ser é a estrutura basilar do processo educacional do Homem e, por isso, também constitui o principal objetivo do ensinamento escutista.

É desta forma que o Movimento Mundial Escutista tem contribuído para potenciar milhões de jovens como pessoas autónomas, solidárias e empenhadas. Nos Açores, o Corpo Nacional de Escuteiros tem cerca de 50 agrupamentos, cada um deles com um leque etário que envolve crianças, adolescentes, jovens e dirigentes, congregando no seu todo alguns milhares de participantes.

Por isso, nunca é demais citar o fundador do escutismo - Robert Baden-Powell, quando na sua última mensagem aos escuteiros escrevia "... Alegrem-se com o que receberam e façam bom proveito disso. Olhem para o lado brilhante das coisas ao invés do lado sombrio delas. Contudo, a melhor maneira de obter felicidade é proporcionar felicidade às outras pessoas. Tentem deixar este mundo um pouco melhor do que encontraram...".

Serve o presente voto não só para congratular o vigésimo quinto aniversário do agrupamento de escuteiros de São Vicente Ferreira, mas também como forma

de homenagear todo o movimento escutista açoriano, pelo valor que representa na educação dos mais jovens.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o grupo parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe a aprovação do presente voto de congratulação pela passagem do 25º aniversário do Agrupamento de Escuteiros de São Vicente Ferreira.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à direção do agrupamento de escuteiros de São Vicente Ferreira, à Junta do Núcleo do Corpo Nacional de Escutas de São Miguel, à Junta Regional do Corpo Nacional de Escutas, à Ouvidoria de Capelas e à Diocese de Angra.

Horta, sala das sessões, 15 de Março de 2016

Os Deputados: *António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Bruno Belo, Cláudio Almeida e Paulo Parece*

Deputados António Marinho e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Marta Couto, tem a palavra.

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Partido Socialista gostaria de saudar o Agrupamento de Escuteiros de São Vicente Ferreira pelo seu 25.º aniversário e também pelo significativo papel que tem desempenhado na sua comunidade, na formação cívica dos seus jovens.

Nas palavras de Baden-Powell, o pai do escutismo, “quem não vive para servir não serve para viver”, e é isto que não só o Agrupamento de Escuteiros de São Vicente Ferreira tem demonstrado, mas todo o movimento escutista, nos Açores, que servindo se constrói uma sociedade mais justa, com base nos princípios da solidariedade e do serviço cívico.

Naturalmente que o PS se associa a este voto, saudando o Agrupamento de Escuteiros de São Vicente Ferreira pelo seu aniversário e, desse modo, também congratulando todo o movimento escutista, nos Açores.

Muito obrigada.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se aos 25 anos da Associação de Andebol da ilha do Faial, é apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação

25 anos da Associação de Andebol da ilha do Faial

Fundada a 14 de março de 1991, a Associação de Andebol da ilha do Faial comemorou as suas Bodas de Prata. São 25 anos de atividade em prol do desenvolvimento do desporto açoriano, em especial do andebol, modalidade com grande notoriedade na ilha do Faial.

Ao celebrar-se esta data é, também, momento para honrar todos aqueles que contribuíram e contribuem, com o seu esforço e dedicação, para o sucesso e desenvolvimento do desporto e promoção do andebol.

A Associação de Andebol da Ilha do Faial abraçou desde a primeira hora o prestigiado torneio “Hortandebol”, onde participam equipas de renome nacional

e internacional e criou dinâmicas para os mais novos como a dinamização dos Festand e as escolinhas de andebol.

Organizou, no ano 2009, a I Taça Intercontinental de Andebol, onde estiveram presentes a Seleção do Canadá, Sport Club do Palanca, o Sporting Club da Horta e o Sport Lisboa e Benfica, um evento de maior importância para a promoção da modalidade e dos Açores.

Atualmente, um dos principais filiados desta associação é o Sporting Club da Horta que tem vindo a participar, ao longo dos anos, em competições europeias e nacionais de andebol.

A Associação tem desenvolvido um trabalho intenso na implementação da prática de andebol nas escolas. Neste sentido, promoveu os festivais de mini – andebol, cujo principal objetivo é reunir os jovens das escolas primárias integradas no projeto Escolinhas.

Felicitemos, assim, a Associação de Andebol da Ilha do Faial pela passagem destes 25 anos, felicitando os seus órgãos sociais, técnicos e dirigentes e desejando a continuidade dos maiores sucessos desportivos em prol do desporto na ilha do Faial e nos Açores.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PS propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação do voto de congratulação pelo 25º Aniversário da Associação de Andebol da Ilha do Faial.

Que deste voto seja dado conhecimento à Associação de Andebol da Ilha do Faial, ao Serviço de Desporto da Ilha do Faial e à Federação Portuguesa de Andebol.

Horta, sala das sessões, 17 de março de 2016

Os Deputados: *Lúcio Rodrigues, Berto Messias, André Rodrigues e Ricardo Cabral*

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelos 25 anos da Rádio Televisão Artesia. Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade pelo PSD.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação pelos 25 anos da Rádio Televisão Artesia

Na costa pacífica dos Estados Unidos da América, a Califórnia é o Estado norte-americano com maior número de portugueses – cerca de 350 mil – maioritariamente de origem ou descendência açoriana.

Um dos 58 condados do Estado da Califórnia é o Condado de Los Angeles.

Uma das 88 cidades do Condado de Los Angeles é a Cidade de Artesia.

É uma cidade pequena, com 16 mil habitantes em 4 quilómetros quadrados, mas tem uma grande comunidade açoriana, especialmente proveniente da ilha Terceira e, especificamente, da freguesia dos Altares.

É nesta cidade que vamos encontrar a Rádio Televisão Artesia, que comemora festivamente 25 anos de existência no próximo dia 19 de março.

Tudo começou por iniciativa de dois estudantes da Universidade do Estado da Califórnia, David Martins e José Silva, que conseguiram concretizar o sonho de criar uma estação televisiva em língua portuguesa, com uma primeira emissão experimental, então intitulada “Portuguese Broadcasting Network”, realizada ainda em 1990 no canal 18 da cidade de Los Angeles.

No ano seguinte, em 1991, transfere-se para a cidade atual, torna-se “Rádio Televisão Artesia” e afirma-se na comunidade portuguesa.

Volvido um quarto de século, agora sob a presidência de Manuel Aguiar, esta organização sem fins lucrativos foi a primeira e continua a ser a única estação de rádio e televisão a oferecer programação portuguesa na importante zona sul da imensa Califórnia.

Merece, por isso, a congratulação do Parlamento dos Açores por ocasião do seu 25º aniversário, numa homenagem que assim tornamos extensiva também a todos os outros atuais órgãos de comunicação social de língua portuguesa que servem a comunidade açoriana no outro lado da América.

Por exemplo, o único jornal português da costa oeste, “Portuguese Tribune”, editado pelo empresário graciosense José Ávila na cidade de Modesto.

Por exemplo, a única rede radiofónica que opera de San José a Los Banos, detida e gerida pelo empresário jorgense Batista Vieira.

Neste contexto, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores este **Voto de Congratulação pelos 25 anos da Rádio Televisão Artesia**, do qual deve ser dado conhecimento formal à respetiva gerência.

Horta, Sala das Sessões, 16 de março de 2016

Os Deputados Regionais: *António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Luís Garcia, Bruno Belo e José Andrade*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Pedro Moura, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista quer associar-se a este voto pela importância que tem sido o trabalho de ligação à comunidade, ou seja, não só ligando os açorianos que vivem na Califórnia entre si, é um estado que, de facto, tem muitos açorianos e muitos portugueses, mas muito dispersos, mas também ligação entre aqueles que vivem na sua terra natal e a Califórnia.

De resto, as novas tecnologias permitiram, nos últimos tempos, à Rádio Televisão de Artesia evoluir bastante nesse sentido, através de acordos que tem feito com outros canais de televisão que vão surgindo nos Açores e que trabalham nomeadamente na internet.

E, nestes dias, por exemplo, a televisão de Artesia transmitiu vários documentários sobre questões relacionadas com os jardins públicos da ilha de São Miguel, nomeadamente o Jardim José do Canto.

É só para dar um exemplo de como é que se tem processado, ultimamente, o trabalho da Rádio Televisão Artesia, que é um trabalho bastante importante e que existe há 25 anos e que tem evoluído há 25 anos, sempre em prol dos açorianos que vivem na Califórnia, dos açorianos que vivem nos Açores e em todo o mundo, em geral.

Muito obrigado.

Deputado Ricardo Cabral e Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se aos 25 anos do grupo de rock açoriano Passos Pesados, é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD):

Voto de congratulação pelos 25º Aniversário “Passos Pesados”

No passado dia 12 de Março, o grupo de rock açoriano, “Passos Pesados”, celebrou o seu vigésimo quinto aniversário, em Ponta Delgada.

Os “Passos Pesados” são um grupo de rock que se dedica a compor e a cantar temas originais em Português. Foi a primeira Banda Rock nos Açores a apresentar um repertório totalmente original. A banda açoriana, “Passos Pesados”, estreou-se a 1 de fevereiro de 1991 na Discoteca Cheer’s em São Miguel, após alguns meses de trabalho e dedicação.

Com base no lema de ajudar e apoiar a música rock, dando um passo de cada vez, abrindo novos horizontes para a música açoriana, a banda tem apadrinhado vários projetos musicais que vão surgindo no panorama regional. Tem feito com que o rock nos Açores seja reconhecido nacional e internacionalmente.

A ideia de fundar a banda nasce de Toni Pimentel, vocalista da banda, que convida Luis Ferreira para guitarra e vozes, Rui Vitorino para o baixo e Pedro Vale na bateria. Com o passar dos anos e com a necessidade de novos desafios, a banda teve algumas alterações na sua formação. Atualmente, a banda é constituída pelo fundador Toni Pimentel na Voz e Guitarra, Nelson Félix na Guitarra solo, Stephan Kobiakin nas Teclas, Paulo Pimentel no Baixo e David Nascimento na Bateria.

O Grupo musical ao longo dos anos fez várias digressões a todas as ilhas dos Açores, participando em diversos festivais, dos quais se evidencia a “Maré de Agosto” em Santa Maria, a “Semana Cultural” das Velas, o “Festival de Julho” na Calheta, o “Festival da Povoação”, as “Festas de Santa Cruz das Flores”, as “Festas da Praia” e a “Semana do Mar” no Faial.

Fez digressões aos Estados Unidos da América, atuou ao lado de grandes nomes da música nacional, como os UHF, Santos e Pecadores, Xutos e Pontapés e Banda EVA. Marcou presença com uma atuação no intervalo do jogo Benfica/Porto no Estádio da Luz e participou em diversas edições do “Festival Novas Ondas” nos anos 90.

A banda conta com 8 Cd’s de longa duração e mais 4 Singles gravados, bem como vídeo-clips oficiais. Atualmente, encontra-se a terminar as gravações do nono trabalho de longa duração.

É um feito assinalável um grupo musical que compôs temas para um público específico manter-se em atividade ininterruptamente durante 25 anos.

Assim, e nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um voto de congratulação ao grupo de Rock açoriano “Passos Pesados”, pela passagem do seu vigésimo quinto aniversário. Do presente voto deve ser dado conhecimento ao grupo “Passos Pesados” e a todos os seus elementos fundadores.

Horta, Sala das Sessões, 15 de Março de 2016

Os Deputados: *António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Luís Garcia, Bruno Belo e Cláudio Almeida*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Para manifestar a concordância e a associação do Grupo Parlamentar do PS a este voto.

Nós felicitamos os Passos Pesados, um grupo de rock que chegou a ser classificado de heavy metal, de hard rock, enfim. Independentemente do estilo, não há dúvida que é um grupo que tem mantido uma atividade regular.

Gostávamos também de felicitar em particular o António Pimentel, mais conhecido por Tony Pimentel, o vocalista, e, de facto, a grande alma dos Passos Pesados. Esse grupo corresponde a um sonho de miúdo e foi concretizado e já tem 25 anos e, portanto, é mais um motivo de reconhecimento de saudação.

E também salientamos o regresso dos Passos Pesados, não só com um novo trabalho discográfico, como também com concertos recentes, que têm tido sucesso. Aliás, se calhar uma das mais curiosas particularidades deste grupo é que tem uma base de fãs fiéis na ilha de São Miguel e, pelo menos, na sua cidade natal, em Ponta Delgada.

Muitos parabéns aos Passos Pesados e que continuem a dar passos fortes em nome da cultura e da música dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de saudação ao açoriano Pedro Rodrigues, campeão mundial de ornitologia, é apresentado pelo CDS e tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de saudação

Açoriano Pedro Rodrigues campeão mundial de Ornitologia

O 64º Campeonato Mundial de Ornitologia decorreu, em Matosinhos, no passado mês de janeiro, contando com mais de 22 mil aves, criadas em 23 países dos 4 continentes.

O estreante criador de aves, natural da ilha Terceira, Pedro Miguel Tavares Rodrigues, sagrou-se campeão do mundo de Ornitologia, arrecadando uma medalha de ouro e uma medalha de prata na categoria de Canários Frisados do Sul, a única espécie de aves que cria.

Na primeira vez que participou num campeonato mundial, Pedro Rodrigues conquistou dois prémios que lhe conferiram logo o título de Campeão do Mundo.

Esta foi a primeira vez que o criador de aves Terceirenses esteve num Campeonato do Mundo de Ornitologia, mas não foi a primeira vez que Pedro Rodrigues ganhou prémios com os seus canários.

Em 2013 e 2014 alcançou o 1.º e 2.º lugares, na categoria de Canários Frisados do Sul, nos Campeonatos Nacionais de Ornitologia. Além disso, já ganhou inúmeros prémios em campeonatos regionais.

A sua paixão pelos pássaros começou há cerca de dez anos, por influência de outros criadores. Atualmente, conta com seis dezenas de Canários Frisados do Sul – uma raça originária do sul da França, por seleção do cruzamento de Frisado do Norte com Bossu Belga.

Todos os dias, este hobby agora mundialmente premiado, consome cerca de duas horas ao criador e gastos que só são apoiados, pela Associação de Avicultores da Ilha Terceira, em caso de participações em competições.

Para além de criador e campeão do Mundo, Pedro Rodrigues integra a direção da Associação de Avicultores da Ilha Terceira, que tem como objetivo fomentar a criação e gosto pelas aves canoras, ornamentais e de capoeira, incluindo a cunicultura.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Saudação pela conquista do título de Campeão Mundial de Ornitologia ao criador de aves Terceirense Pedro Miguel Tavares Rodrigues.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao próprio e à Associação de Avicultores da ilha Terceira.

Os Deputados: *Graça Silveira, Artur Lima e Ana Espínola*

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Parreira, tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de saudação ao açoriano terceirense Pedro Rodrigues, que, pela primeira vez, participou no campeonato mundial e conquista o título de campeão do mundo.

Sendo um *hobby*, Pedro Rodrigues dedica-se com empenho e gosto às suas aves e aos seus pássaros.

Para nós, açorianos, é um orgulho e uma honra estas participações, melhor ainda quando elas se traduzem em títulos, como foi este caso.

Referir também o excelente trabalho realizado pela Associação de Avicultores da Terceira, da qual o amigo Pedro Rodrigues também faz parte.

Obrigado.

Disse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD também gostaria de se associar a este voto de saudação. De facto, a ornitologia vai de “vento em popa” na região, já é o segundo voto de saudação que se apresenta nesta Casa por bons resultados na área da ornitologia e, de facto, é sempre agradável quando nós temos um açoriano que se destaca e que traz para a região títulos como o título de campeão do mundo. E, portanto, neste sentido, também é com alegria que saudamos mais esta prova de competência dos nossos criadores.

Seja na área da ornitologia, seja noutra área qualquer, os açorianos têm capacidade de ter sucesso, de se destacar,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Açoriano, terceirense!

O Orador: ... de ganhar títulos e, portanto, é com alegria que o PSD também vai votar favoravelmente e se associa a este voto.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já não diz Terceira, Sr. Deputado?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

(Neste momento, a Deputada Bárbara Chaves é substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva)

Presidente: O próximo voto é de pesar pelo falecimento de Ana Vieira, é apresentado pelo Partido Socialista. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de pesar pelo falecimento de Ana Vieira

Ana Vieira nasceu em Coimbra, em 1940. Por raiz, paterna cresceu na ilha de S. Miguel. Morreu no passado dia 29 de fevereiro, em Lisboa, onde vivia e trabalhava.

Ana Vieira estudou pintura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Contudo, é ainda durante a sua formação superior que a artista assume uma consciência gradual disruptiva com a pintura, questionando, nas suas primeiras obras, os regimes visuais, nomeadamente a representação, o processo de receção e os pressupostos museológicos.

Concluiu os seus estudos em 1965, altura em que já expunha colectivamente. Em 1968 começa o seu imenso percurso de exposições individuais realizadas em Portugal e no estrangeiro.

Ana Vieira foi influenciada, na sua obra, por Noronha da Costa, Michelangelo Pistoletto e Lourdes de Castro, com quem integra, conjuntamente com Helena Almeida (de quem era muito amiga), um grupo prestigiado e restrito de mulheres artistas que, em Portugal, souberam e sabem realizar uma obra artística sem cedências de qualidade. Numa actividade eticamente exemplar, tal como se reconhece a Ana Vieira.

As memórias, ou vivências – como lhes preferia chamar Ana Vieira – da infância e adolescência passadas em S. Miguel marcariam a sua obra, nomeadamente na exposição *Muros de Abrigo*, realizada em 2010, ano em que completou 70 anos, no Museu Carlos Machado.

No catálogo da grande retrospectiva antológica, realizada pelo Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian, em 2011, também intitulada *Muros de Abrigo*, percebe-se a ligação de Ana Vieira aos Açores quando ela diz: “*Na casa dos meus pais, que era uma quinta, havia uma zona mais*

próxima do mar, onde existiam uma série de muros de pedra, muito altos, para protegerem a vinha da maresia. Esses muros tinham portas e chaves, todas diferentes, e para cada passagem das mesmas, levava comigo um molho de chaves. Tinha uma verdadeira obsessão por esse espaço que percorria todos os dias. Era um percurso muito marcante para mim. Implicava um percurso, um ritual, uma cadência com variados tipos de espaços. Terminava com a abertura da porta que dava para o mar ou em alternativa, junto a um poço de maré onde a minha irmã e eu por vezes tomávamos banho...gelado!”

Já nessa memória se destacava aquela que seria uma das grandes constantes do seu trabalho plástico: a dialéctica entre a ocultação e a desocultação de um lugar, preferencialmente de um lugar privado, doméstico.

Outro exemplo das vivências do tempo passado nos Açores é a instalação *Pronomes*, de 2001, que mostrava o capote-e-capelo do traje feminino tradicional de São Miguel em diversos exemplares. Penduradas do tecto, acopladas com uma instalação sonora que enunciava pronomes pessoais, as peças revelavam uma qualidade dramática que era também, sociologicamente, a única possibilidade para a existência feminina fora do espaço doméstico. É que, quase sistematicamente, a reflexão sobre o lugar da mulher, a sua imagem transmitida pela arte e a solidão a que a sociedade patriarcal a condena são presenças constantes no seu trabalho.

Constelação de Peixes foi outra instalação da artista realizada aqui, na ilha do Faial, na cratera do vulcão dos Capelinhos, em 1995, onde tochas, fabricadas manualmente, foram colocadas de 4 em 4 metros, numa extensão de 400 metros com a forma da Constelação Peixes, de modo a que quem estivesse no topo do vulcão pudesse ver e sentir. Este trabalho foi integrado no *International Multi-Media Symposium Azores*.

A sua obra foi legitimada, através dos anos, pelas principais instituições e autores portugueses: participou na Alternativa Zero, em 77, organizada por

Ernesto de Sousa, que introduziu a contemporaneidade no espaço artístico português. Recebeu o Prémio AICA, o mais importante prémio de carreira em Portugal, em 1991. E, além da retrospectiva na Gulbenkian, realizou uma antológica, em 98-99, em Serralves.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Nos Açores expôs com bastante regularidade, desde 1973, quando se apresenta na galeria Maestro Francisco Lacerda, nas Velas de S. Jorge, e na galeria A Teia, em S. Miguel, até 2015 onde lança individualmente, *Inquietação*, na galeria Fonseca Macedo.

Está presente em inúmeras colecções privadas e públicas no país e no estrangeiro. A sua obra integra diversas colecções, de que são exemplo a do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa; da Fundação Serralves no Porto; do Museu de Sintra; da Fundação EDP e da Portugal Telecom.

Marca também presença nos Açores em colecções privadas e públicas, nomeadamente aqui na Assembleia Legislativa com uma tapeçaria pensada e produzida propositadamente para este edifício, e no acervo do Governo dos Açores, com a peça *Vaso de Flores*, 1974.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa Região Autónoma dos Açores a aprovação do seguinte Voto de Pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 17 de março de 2016, lamenta a morte de Ana Vieira e endereça voto de pesar à família enlutada.

Do presente Voto de Pesar deve ser dado conhecimento à família, nomeadamente aos filhos, Miguel Nery e Paula Nery, bem como à sua irmã Teresa Albergaria.

Horta, sala das sessões, 17 de março de 2016

Os Deputados: *Catarina Moniz Furtado, Berto Messias, Marta Couto, Graça Silva e Renata Correia Botelho*

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Andrade, tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Luísa Soares de Oliveira escreveu no jornal *Público*, de 29 de fevereiro, que Ana Vieira destacou-se no cruzamento das diversas disciplinas artísticas, criando um corpo de trabalho original e inspirador no conjunto da arte portuguesa contemporânea.

Ana Vieira cresceu na ilha de São Miguel e sempre assumiu que a sua adolescência micalense marcou para sempre a sua obra universal.

É uma filha adotiva dos Açores, bem merece este voto de pesar agora proposto pelo Partido Socialista, ao qual o PSD se associa em sua memória e em sua homenagem.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar refere-se ao falecimento de Ivo Nunes, é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de pesar pelo falecimento de Ivo Nunes

Tem este Voto de Pesar um duplo sentido:

Desde logo, e sobretudo, assinalar e lamentar o desaparecimento de uma personalidade académica que muito contribuiu para a aproximação e integração dos arquipélagos-irmãos da Madeira e dos Açores;

Mas também, em geral, saudar a comunidade madeirense residente em terras açorianas e, em especial, valorizar a Casa da Madeira nos Açores, fundada há 30 anos por Ivo Nunes.

A Casa da Madeira nos Açores nasceu em 1986 na cidade de Ponta Delgada. É uma das quatro existentes no território português, com Lisboa, Coimbra e Norte.

Representa e afirma uma comunidade madeirense que se não consegue quantificar de tão bem integrada que está na sociedade açoriana.

Foi visitada oficialmente pelos Presidentes Alberto João Jardim e Miguel Albuquerque.

É dirigida atualmente pelos presidentes Américo Sousa Filipe, na sua assembleia geral, e João Gualberto Pina Carvalho, na sua direção executiva.

Mas a Casa da Madeira nos Açores só foi possível pela iniciativa e pela persistência de Ivo Nunes, o seu sócio fundador e primeiro presidente.

Em 1986, Ivo Nunes trocara o Funchal por Ponta Delgada para se doutorar e lecionar na Universidade dos Açores, em Ciências da Educação.

De regresso à sua ilha, foi Deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, de 1992 a 2011.

Faleceu a 7 de março de 2016, 30 anos depois de ter fundado a Casa da Madeira nos Açores.

Nas palavras do presidente da Casa da Madeira, “*Ivo Nunes contribuiu de forma exemplar para a divulgação do legado cultural da Madeira no arquipélago dos Açores, nomeadamente nos primeiros anos da vida desta associação*”.

Nas palavras do presidente do Parlamento da Madeira, “*morreu um homem de caráter, íntegro, que sempre pautou a sua atuação pelo respeito e tolerância para com os outros*”.

Agora, nas palavras do Parlamento dos Açores, aqui fica o nosso pesar pelo seu falecimento e o nosso reconhecimento pela sua contribuição na nossa Universidade e pela sua Casa na nossa Região.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores este **Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Doutor Ivo Sousa Nunes**, do qual deve ser dado conhecimento formal à Casa da Madeira nos Açores e à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

Horta, Sala das Sessões, 16 de março de 2016

Os Deputados Regionais: *António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Luís Garcia, Bruno Belo e José Andrade*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Cecília Pavão, tem a palavra.

(*) **Deputada Cecília Pavão (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A bancada do Partido Socialista associa-se, naturalmente, a este voto de pesar pelo falecimento do Professor Doutor Ivo de Sousa Nunes.

Para além da importante iniciativa de fundar a Casa da Madeira nos Açores, estreitando, assim, os laços entre as duas regiões autónomas, Ivo de Sousa

Nunes foi deputado à Assembleia Legislativa da Madeira e foi um ilustre académico.

Com formação superior em Teologia Dogmática e Psicologia, veio doutorar-se em Ciências da Educação na Universidade dos Açores.

Foi docente, investigador e autor de diversas publicações.

Prestamos, deste modo, a nossa homenagem ao homem que promoveu o abraço entre as duas regiões autónomas e também entre as duas academias insulares.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar refere-se ao falecimento de Fernando Andrade Moura, é apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PSD):

Voto de pesar pelo falecimento de Fernando Andrade Moura

No passado dia 18 de fevereiro, aos 52 anos de idade, faleceu o mariense Fernando Moura, antigo autarca de Santa Maria, quando a doença foi mais forte do que a imensa vontade que tinha de viver.

Fernando Moura nasceu na freguesia de Santa Bárbara, concelho de Vila do Porto, em junho de 1963, tendo vivido com seus pais António Moura e Jacinto Andrade na freguesia que o viu nascer, no seio de uma família de 10 irmãos.

Era casado e tinha dois filhos.

Era funcionário do Serviço de Desenvolvimento Agrário de Santa Maria, onde desempenhava funções ao nível da Sanidade Animal, com empenho, dedicação, elevado sentido de responsabilidade e profissionalismo.

Foi Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, a mais pequena do concelho de Vila do Porto, durante 16 anos, entre os anos de 1993 e 2009, eleito pelo Partido Socialista e, por inerência de funções, membro da Assembleia Municipal de Vila do Porto no mesmo período, tendo dado tudo de si em prol das suas gentes e da sua freguesia.

Foi com ele que Santa Bárbara viu nascer a sede da Junta de Freguesia, como forma de melhor acolher a população, tendo sido responsável por grande parte da rede viária da freguesia e construção do polidesportivo de Santa Bárbara, bem como início das obras de proteção costeira de São Lourenço, entre as quais se destaca a execução do acesso pedonal à Ponta Negra.

Desempenhou, entre outras, funções executivas na Direção da Casa do Povo de Santa Bárbara, bem como na Associação Circulo de Amigos de São Lourenço.

Dono de um olhar meigo e sorriso cativante, o Fernando Moura era uma pessoa querida por todos os marienses, pela sua gentileza, bom carácter, honestidade, dedicação e espírito de missão. Pela sua maneira simples de ser, mas determinada, em que lutava por tudo aquilo que acreditava.

Desapareceu o Homem... Ficam, sem dúvida, as recordações, a memória da sua vitalidade e de uma certa irreverência, que apresentava as lembranças e a marca indelével que deixa na população de Santa Bárbara e de Santa Maria.

Assim sendo, face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Andrade Moura, antigo autarca da ilha de Santa Maria-Freguesia de Santa Bárbara, e que do mesmo seja dado conhecimento à

família, à Junta de Freguesia de Santa Bárbara e ao Conselho de Ilha de Santa Maria.

Vila do Porto, 17 de março de 2016

Os Deputados: *Bárbara Chaves, Berto Messias, Duarte Moreira, Francisco César e José San-Bento*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Terminámos os votos. Antes de entrarmos nas declarações políticas, vamos fazer o nosso intervalo. Regressamos às 11h30m.

Eram 11 horas e 01 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 35 minutos.

Vamos então continuar com o PTAP.

Passamos agora para as declarações políticas.

Será o PSD o primeiro a fazer e tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A inação do Governo Regional constitui um importante fator que está a provocar grandes dificuldades aos nossos Agricultores.

Deputado Berto Messias (PS): Credo!

O Orador: Nestes últimos dias, o Governo Regional tem vindo a atirar toda a responsabilidade pelos problemas do setor do leite exclusivamente para Bruxelas, assumindo, assim, uma atitude de total demissão da sua ação governativa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Temos nos Açores um governo que usa a tática da avestruz: esconde a cabeça dentro da areia na esperança de que assim possa disfarçar a sua incompetência, impreparação e irresponsabilidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Entenda o Governo Regional que não é por fazer de conta que não tem responsabilidades que os problemas deixam de existir.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os Açorianos não precisam de um Governo ausente e que espera que a crise passe por si.

Não queremos nem podemos ter nos Açores um Governo que deixa os Agricultores à sua sorte, abandonados ao seu destino.

O Governo Regional tem grandes responsabilidades, porque foi e é negligente no setor do leite.

Mais de uma década depois de saber que as quotas leiteiras iam terminar e o governo regional não conhece a formação dos preços; não conhece as nossas importações e exportações; não acompanha os mercados e não sabe do nosso grau de autoaprovisionamento. Ou seja, um governo regional que não sabe nada de nada, não se prepara e transformou-se num mero gestor de fundos comunitários.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ou seja, o **Governo Regional governa às cegas e conduz a agricultura para um abismo.**

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Desde 2006 que o PSD/Açores vem alertando para o fim das quotas leiteiras, porque em agricultura as mudanças preparam-se com muita antecedência.

Chamaram-nos alarmistas e assobiaram para o lado, agora não sabem o que fazer.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Por três vezes o PSD/Açores propôs no Parlamento Regional e por três vezes foi chumbado pelo PS o Observatório dos preços.

Mas pior é que os socialistas nem sequer cumprem com aquilo que prometem:...

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade!

O Orador: ... no Congresso da Agricultura, em 2004, o atual Presidente do Governo, Vasco Cordeiro, anunciou o Centro do Leite e Laticínios.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Esqueceram-se disso!

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade!

O Orador: Onde é que ele está? Não existe. Ao fim de 12 anos Vasco Cordeiro não conseguiu, não quis e não soube cumprir o compromisso que assumiu com os lavradores. Agora desculpa-se com os outros.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Como é costume!

O Orador: Os Governos do PS, nestes 20 anos de regime, prometeram a extensão rural, o emparcelamento, mais exportações e nada disto se viu.

Temos um Governo Regional que coloca o interesse do Partido Socialista acima daquilo que é o interesse dos Açores. E dou exemplos:

- **Onde estava o Governo dos Açores** quando Portugal não definiu a produção de leite como uma das prioridades agrícolas de estratégia para o Quadro Comunitário 2007/2013?

Deputado Luís Garcia (PSD): Ora aí está! Bem lembrado!

Deputado Berto Messias (PS): A questão é onde é que está o PSD!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ouça, ouça!

O Orador: Esta posição fragilizou desde então os Açores e Portugal;

- Onde estava o Governo Regional quando foi preciso que Portugal integrasse uma Minoria de Bloqueio (com a França, Alemanha, Áustria e Finlândia) para impedir o aumento da quota leiteira que representava o desmantelamento do sistema de quotas?

Jaime Silva rejeitou fazer parte desta minoria e aceitou a chamada “aterragem suave”, tendo sido considerado o “coveiro de Portugal”. Jaime Silva assinou a sentença de morte das quotas leiteiras.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Onde estava o Governo Regional quando o Ministro Jaime Silva afirmou, várias vezes, que para o fim das quotas leiteiras deveria ser encontrada uma solução dentro do POSEI, isto é, dentro dos atuais apoios? Esta posição fragilizou e fragiliza a reivindicação por um melhor POSEI.

- Onde estava o Governo Regional quando Capoulas Santos, em 2008, foi relator do Parlamento Europeu para o chamado “Exame de Saúde da PAC” ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Conhecem? Conhecem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e aceitou o fim das quotas leiteiras, propondo alterações com vista ao seu fim, dando sequência ao entendimento de Jaime Silva?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isto é a história do PS-Açores! A vossa história! O vosso cadastro!

O Orador: Onde estava o Governo Regional quando foi preciso assinar uma declaração conjunta com dez Países contra as negociações com o MERCOSUL, e Portugal fugiu?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mais uma!

O Orador: O Governo Regional esteve sempre em silêncio e foi cúmplice das ações quase criminosas do Ministério da Agricultura do PS da República contra os interesses da nossa Região.

Deputado Luís Garcia (PSD): Os seus camaradas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Jaime Silva vendeu o futuro de Portugal e dos Açores e Capoulas Santos foi seu cúmplice.

O Governo Regional nada disse ou fez - manteve-se escondido.

E agora continuam em silêncio, apesar dos apartes.

O atual Ministro da Agricultura Capoulas Santos, que defendeu o fim das quotas leiteiras, em 2008, e, posteriormente, indicou e fez rasgados elogios a Jaime Silva, já foi a três Conselhos de Ministros da Agricultura e volta sempre de mãos vazias.

Antes integra um Conselho cujos Ministros da Agricultura continuam a rejeitar o retorno a um sistema de quotas ou qualquer outro instrumento de controlo obrigatório da oferta.

Como todos se recordam, Capoulas Santos veio aos Açores, recentemente, pelo colóquio do milho, fazer um grande anúncio aos agricultores: o de levar o Secretário Regional da Agricultura ao último Conselho de Ministros. **Estava, assim, encontrada a grande solução para o problema do leite nos Açores.**

Para além de ter ridicularizado uma Região onde estão cerca de metade dos Produtores de Leite do país e que produz mais de 30% do leite nacional, de nada serviu, porque voltou a sair sem soluções do Conselho de Ministros.

É caso para dizer que “a montanha pariu um rato”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo Regional, como é seu hábito, tenta encontrar culpados externos para esconder a sua inação e irresponsabilidade, nunca admitindo os seus maus resultados.

É o cansaço de 20 anos de regime e da falta de ideias que leva a que tenhamos uma Agricultura “ligada às máquinas”.

As oportunidades de emprego diminuem, a produção de alimentos não aumenta, a atividade comercial ressent-se, os jovens emigram, o tecido demográfico envelhece e a desertificação populacional instala-se.

As soluções regionais, onde estão? Não governar não pode transformar-se numa forma de governar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Governo não tem resultados, não por falta de condições (teve dinheiro e teve estabilidade política e 20 anos de poder), mas sim por falta de competência.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Nem que os senhores acreditassem nisso! Onde estão as vossas propostas?

O Orador: Os Produtores de Leite não podem continuar com medo de exercer a sua atividade nos Açores. Não queremos um Governo que se limita a esperar que a crise passe por si, nem um Governo que se limita a ser um distribuidor dos apoios comunitários.

Durante 20 anos os Governos do PS nunca definiram uma política regional para além do apoio ou da indemnização.

Precisamos, decisivamente, de uma Política Agrícola Regional. Ou seja, uma política com visão e estratégia. Uma política com opções próprias.

Este Governo desistiu de Governar os Açores, arrastando-se na tentativa de manter o poder.

Deputado Berto Messias (PS): Oh nossa senhora, dai-nos paciência!

O Orador: Este Governo, como não consegue resolver os problemas dos Açorianos, tornou-se em mais um problema que os Açorianos têm para resolver.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

Deputado Berto Messias (PS): Contributos! Zero!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Inscreva-se Sr. Deputado Berto Messias. Diga aquilo que disse nos apartes!

Presidente: Pergunto se há inscrições.

Deputado Berto Messias (PS): Propostas para o setor, zero!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Inscreva-se Sr. Deputado. As inscrições estão abertas!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que se inscrevam.

(Pausa)

Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários:

O PSD trouxe-nos aqui, através de uma declaração política lida pelo Sr. Deputado Renato Cordeiro, um assunto que é extremamente importante para a região e para os nossos agricultores, que passam, de facto, neste momento, por situações mais complexas, derivadas de toda a situação...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Estão à rasca! Não é complexas!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estão falidos!

O Orador: ... que é conhecida a nível europeu no setor do leite.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já não é a República, agora é a Europa! Subiu de nível! Agora já não é a República, é a Europa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: O discurso que aqui veio, e este assunto é de tal maneira importante,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Agora já não é Lisboa, é a Europa! Qualquer dia é a lua!

O Orador: ... que nós devemos encará-lo com seriedade e fazer uma análise correta de todos os factos. O discurso do PSD é novamente um discurso que tem sido repetido nesta Assembleia, pelo menos, há sete anos, que é o tempo que eu aqui estou.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E os resultados da sua governação?

O Orador: Já vem de trás e, pelos vistos, o PSD não mudou...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... nada esse seu discurso.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: E nesta declaração política apresentada pelo PSD e por aquilo que tem vindo a público, nos últimos tempos, por parte desse partido,...

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor está preocupado com o PSD ou com os agricultores?

O Orador: ...que diz que ambiciona ser Governo nesta região,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não fale para o PSD, fale para os agricultores!

O Orador: ... a única medida que sabe apresentar é a criação de um observatório do leite na região, porque desta declaração saiu zero propostas para o setor de leite, nos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Das duas uma, Sras. e Srs. Deputados,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quem não conhece a situação é o Governo!

O Orador: ... ou o PSD tem essas medidas e está a aguardar para a campanha eleitoral para só serem aplicadas para a próxima legislatura, e se as tem e se são boas, deve apresenta-las já ou,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Propostas do PS!

O Orador: ... como temo, não tem qualquer solução para este setor.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nos últimos 12 anos, propostas socialistas zero, para resolver problemas! Resultados do PS, zero!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E as propostas do PS?

O Orador: E há aqui três aspetos que quero...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... deixar bem claro.

Não é verdade que o Governo Regional não se tenha preparado, que a região não se tenha preparado para o fim das quotas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Está à vista!

O Orador: Todo o trabalho feito anteriormente na modernização, nas infraestruturas é bem a prova do contrário do que afirma o PSD.

Em segundo lugar, não é verdade que o Governo Regional, este Governo Regional não tenha já aplicado e criado medidas concretas para minimizar...

Deputado Bruno Belo (PSD): Quais são?

O Orador: ... o problema da fileira do leite, nos Açores.

E gostava aqui...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Então por que é que não minimiza?

O Orador: ... de falar, enumerar algumas,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Aumento da dívida!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Oh, Luís, deixa-o falar, que está a enterrar-se!

O Orador: ... desde logo, as linhas de crédito, como o Agro Crédito, o SAFIAGRI,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Aumento da dívida!

O Orador: ... um programa que foi anunciado recentemente, nomeadamente a reestruturação do setor leiteiro e que consta do Plano e Orçamento para 2016.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a ajudar-nos!

O Orador: O reforço ao prémio de vaca leiteira, que passou para 190 euros por vaca,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Em algumas ilhas!

O Orador: ... em todas as ilhas, neste momento, Sr. Deputado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Acha que está a correr bem, Sr. Deputado?

Deputado Bruno Belo (PSD): Está a ser eficaz, não está?

O Orador: O adiamento dos prémios pagos aos produtores de leite e a antecipação, a alteração dos diversos programas de apoio à agricultura, como o PROAMA, que, neste momento, tem a designação de PROAMA F.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Então por que é que não resulta?

O Orador: O reforço ao prémio aos produtores de leite, entre outras medidas. Portanto, o Governo Regional está ativo e bem ativo e é bem consciente e o Partido Socialista é bem consciente dos problemas que o setor atravessa. Mas há um terceiro ponto que eu quero aqui dizer. Se não nos preparámos, então muitos países por essa Europa fora também não se prepararam e basta ver que este é um problema transversal na Europa.

Deputado Bruno Belo (PSD): Quem é que foi pagar as dívidas lá de fora?

O Orador: Então, a Espanha não se preparou, a França, em que há manifestações dos agricultores do setor do leite, também não se preparou. E temos visto a baixa de preços e os problemas no setor dos laticínios, em quase todos os países da União Europeia. A própria União Europeia prevê um aumento...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas foram os senhores que garantiram que estávamos preparados!

Deputado Bruno Belo (PSD): Mentiram!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: A própria União Europeia prevê um contínuo abaixamento dos preços de leite derivado do excesso de leite no mercado mundial e no mercado europeu.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, tratem do setor do leite e dos laticínios com seriedade.

Os nossos agricultores da região merecem essa seriedade.

Deputado Bruno Belo (PSD): Merecem melhor do que isso!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Merecem uma melhor governação! Que governem com seriedade!

O Orador: E só para que conste também quem é que apoia e quem é que está do lado dos agricultores e quem não está. Uma proposta de alteração no Orçamento de Estado, recentemente aprovada na Assembleia da República,

uma medida excecional de isenção parcial de contribuintes para a Segurança Social não foi votada favoravelmente pelo PSD.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O PSD não votou, não esteve ao lado dos agricultores do país e dos agricultores açorianos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Até lá vigorava a isenção total!

O Orador: Não basta falar, Sras. e Srs. Deputados, é preciso a prática, é preciso demonstrar que se está ao lado dos agricultores, e mais uma vez o PSD não esteve ao lado dos agricultores nacionais e muito menos ao lado dos agricultores dos Açores.

Da nossa parte, aqui estamos, cientes das nossas responsabilidades, cientes das dificuldades por que passa toda a fileira do leite, neste momento,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Um dos problemas dos agricultores é os senhores estarem no Governo!

O Orador: ... e cá estaremos no presente, como no futuro,...

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): No futuro é que não!

O Orador: ... para dar as respostas necessárias ao setor do leite e a toda a agricultura na RAA.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A questão da agricultura tem sido trazida, ultimamente, recorrentemente, a este Plenário e isso demonstra, de facto, os problemas graves que o setor está a atravessar.

Há três anos, quando o CDS levantava estas questões, dizia, claramente, que o modelo assumido para o desenvolvimento do setor era um modelo obsoleto, que sempre se baseou no aumento da produção, que tinham que emendar a mão, tinham que reconhecer que tinham que ser invertidas as políticas no sentido da qualidade, que com o fim das quotas leiteiras a única forma de a região se tornar competitiva era investindo na qualidade, que continuar a dar apoios à quantidade era, no mínimo, irresponsável, fomos acusados de já estar a dizer que o setor estava todo falido,...

Deputado António Parreira (PS): Já estive falido em 95 e 96!

A Oradora: ... que o setor estava muito bem. A verdade é que, passados dois anos, afinal não estava nada tudo bem, o setor está mesmo falido. E eu gostava de saber o que é que se passaram nos dois últimos anos para o setor ter ficado falido. Não foi única e exclusivamente o fim das quotas, porque, se assim fosse, o Governo Regional tinha, de facto, se preparado para o fim das quotas, que não o fez.

Todos os dias, hoje, se ouve que temos que valorizar os recursos endógenos.

Deputado Duarte Moreira (PS): Oh, Sra. Deputada, esse discurso já não pega!

A Oradora: Quais são os recursos endógenos? A pastagem. Não se vê, por parte do Governo Regional, uma única medida que vai nesse sentido. Continua-se a importar palha da Espanha.

Deputado Duarte Moreira (PS): Isso não é verdade!

A Oradora: Apostou-se e financiou-se sistemas de estabulação permanente. Aquilo que nós queremos é um sistema de pastoreio extensivo baseado na

pastagem. O Governo Regional apoiou e pagou investimentos de milhões em estabulação privada, sempre o CDS alertando que isso era uma péssima estratégia.

Deputado Berto Messias (PS): É, é! O CDS tem que ir para os pastos ver a situação da agricultura!

A Oradora: Mais! Há dois anos, a situação da Terceira começou a ficar complicadíssima, agora toda a gente fala que a situação da Terceira é um problema grave, porque a indústria agora foi transformada na besta negra, porque a indústria é que não quer valorizar o leite da Terceira. Todos nós sabemos que a Terceira vive uma situação de monopólio...

Deputado Berto Messias (PS): E então?

A Oradora: ... e não é de hoje, nem de ontem, nem de há cinco anos. E, portanto, os produtores da Terceira estão completamente dependentes de uma indústria cuja maioria da administração nem é açoriana, portanto, tem políticas próprias e não se alinham pelas políticas açorianas e foram alertados, há três anos, para ser mais precisa, levantou-se uma enorme polémica de que o preço da Terceira era sistematicamente inferior ao preço de São Miguel. O Governo Regional mandou fazer um estudo ou fez um estudo através do SERCLA que demonstrava que o preço da Terceira era igual ao preço de São Miguel, quando todos nós sabíamos e o agricultor quando ia buscar a sua fatura sabia que não era igual. Essa questão foi levantada em locais próprios, nomeadamente dentro da universidade. Felizmente, os associados da Terceira mandaram fazer um estudo independente que provava que os preços eram completamente diferentes. E, portanto, o Governo foi conivente com esta situação da Terceira,...

Deputado Duarte Moreira (PS): Para isso não era preciso fazer um estudo, Sra. Deputada!

A Oradora: ... durante este tempo todo. Mais! Quando, há anos, se fez uma torre de secagem e em vez de se colocar a torre de secagem do lado dos

produtores para terem algum poder negocial, disseram “Não, senhor, não querem aumentar o preço, nós secamos uma semana, um mês, até o senhores quererem negociar justamente o nosso preço”. Não! A torre de secagem foi exatamente para a indústria para deixar os produtores sem qualquer poder negocial.

E, portanto, têm sido estas as políticas que a região tem feito no sentido de proteger os seus agricultores.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretários Regionais:

Intervenho neste debate porque me parece que, para além da questão substantiva, há algumas questões políticas que eu gostaria de salientar e de realçar a propósito da declaração política do Sr. Deputado Renato Cordeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Se o senhor achar que não é interessante, não precisa falar!

Deputado Luís Garcia (PSD): Podia ter esperado que faltasse dois minutos para a uma e já podia falar!

O Orador: Caso, obviamente, haja interesse na minha intervenção,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Até porque ficava mal se não dissesse nada!

O Orador: ... porque se não houver interesse, eu sento-me e calo-me. Portanto, isto está nas mãos dos senhores.

Presidente: Srs. Deputados! Srs. Deputados! O Sr. Presidente está no uso da palavra!

Pode continuar, Sr. Presidente!

O Orador: Nós já percebemos qual é a visão que o PSD tem em relação a esta matéria, essa visão é simples de se perceber, é simples na sua estrutura, é de fácil compreensão. A culpa é deste Governo e se não é deste Governo, é de Governos anteriores e este Governo paga por isso. Portanto, esta é a visão muito simples do PSD em relação...

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): São sempre os mesmos!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor também tem culpas! Foi secretário da agricultura e da economia também!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os apartes são regimentais!

Presidente: Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados! Têm que estar reunidas as condições para que possa prosseguir e debate!

Sr. Presidente!

O Orador: Receio que pelo tipo de intervenção que o Sr. Deputado Renato Cordeiro fez de pouco valerá estarmos aqui a debater as causas e, portanto, com permissão da Sra. Presidente, das Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de falar em termos mais gerais, para toda a Câmara, para os lavradores açorianos, para as açorianas e os açorianos que nos ouvem, eventualmente.

Eu penso que o PSD comete um erro, ou dois.

Deputado Bruno Belo (PSD): Resolva os problemas. Não fale para o PSD!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fale de agricultura!

O Orador: Comete um erro no diagnóstico e comete um erro na solução. O erro do diagnóstico é dizer, “Este é um problema de final de quotas leiteiras”, esse é o erro do diagnóstico.

Deputado Bruno Belo (PSD): O problema é o PSD!

O Orador: E o erro da solução é dizer, “Crie-se um observatório do leite e o problema fica resolvido”.

Por que é que eu acho que está errado o PSD no diagnóstico?

Deputado Luís Garcia (PSD): Então, por que é que o senhor propôs o Centro de Leite e Lacticínios, em 2004?

O Orador: Bom, mas então se o problema é um problema de quotas leiteiras, o que isso quer dizer é que, caindo os limites, a produção disparou a nível europeu. Os números dizem que essa perspectiva é falsa,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque a produção a nível europeu, entre 1 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2015, face a 1 de janeiro de 2014, 31 de dezembro de 2014, cresceu 2,5%. Não é quantidade que justifique toda esta perturbação de mercado. É certo, há países, como a Irlanda, que aumentam cerca de 12%, mas há países como, por exemplo, a Roménia, que caem na ordem também dos dois dígitos.

E, portanto, em relação a esta matéria, o problema não é principalmente um problema de extinção de quotas leiteiras, o problema tem uma causa mais direta, mais imediata e, se fosse encarado de frente, uma causa que, sendo tratada, resolveria mais rapidamente o problema com que toda a produção de leite a nível europeu se confronta, neste momento.

Deputado José San-Bento (PSD): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nós não nos diferenciámos! As suas políticas não nos diferenciaram! O problema é que o senhor não criou condições para nos diferenciarmos!

O Orador: E, portanto, este não é um problema exclusivo dos Açores, este não é um problema exclusivo de Portugal, este é um problema a nível Europeu e até um problema que, a nível mundial, fruto daquilo que aconteceu neste ano em termos de não acontecerem secas e fatores que condicionaram a produção e que aconteceram em 2014, está a afetar outras regiões do mundo.

Isso é tudo muito bonito, é certo,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é bonito! É feio!

O Orador: ... mas temos um problema. Qual é o problema que, para o Governo dos Açores, nós temos? Temos um problema de rendimento dos nossos agricultores, dos produtores de leite e, sobretudo,...

Deputado Luís Garcia (PSD): A tempestade perfeita!

O Orador: ... temos um problema de sustentabilidade deste setor. Porquê? Porque efetivamente, numa situação...

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor descobriu isso passados 20 anos! O problema da sustentabilidade! Descobriu na agricultura, descobriu nas pescas!

O Orador: ... destas, não é apenas um problema de rendimento, mas, sendo certo que em alguns casos esse rendimento já se encontrava penalizado, ou por custos excessivos das explorações ou por rendimentos abaixo daquilo que seria desejável das explorações, de rentabilidade dessas explorações, o facto é que também é uma questão de sustentabilidade dessa fileira.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas quem é que define as políticas para a região? Não vai dizer que é o PSD?

Deputado Luís Garcia (PSD): Agora temos um Presidente do Governo que é comentador! Já não é político. É comentador!

O Orador: O PSD considera que a raiz de todos os males neste assunto é o Governo. Bom, é uma perspetiva possível, estamos conversados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é que o senhor está aí a fazer?

Presidente: Srs. Deputados! Apelo mais uma vez à vossa moderação!

O Orador: O que eu acho é que nós não podemos, efetivamente, enganar-nos a nós próprios e enganar os agricultores, e insistir numa situação que não é a causa deste problema é enganar os produtores e é por esta razão que o Governo Regional considera que a forma mais direta,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o que os senhores têm feito!

O Orador: ... mais rápida, mais eficaz de contribuir para resolver este problema não está nas mãos dos Açores, não está nas mãos de Portugal, não

está nas mãos de nenhum país europeu isoladamente, está nas mãos da União Europeia.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: E é por isso que o Governo considerou uma desilusão os resultados do último Conselho de Ministros, porque os resultados do último Conselho de Ministros...

Deputado Luís Garcia (PSD): É mais fácil pôr as soluções nas mãos dos outros!

O Orador: ... fazem lembrar aquela situação do halterofilista que não conseguia levantar os pesos correspondentes à sua categoria de peso e então o que é que ele faz? Em vez de treinar para levantar os pesos, não, emagreceu, baixou de categoria e passou a poder levantar os pesos. É esta a forma como se caracteriza a resposta da União Europeia.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O Sr. Presidente não vai ter ideias!

O Orador: Porquê? Porque está efetivamente a incidir as respostas na produção e não nas questões do escoamento e da comercialização.

Presidente: Sr. Presidente, o seu tempo está a terminar!

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

A resolução do embargo russo é essencial...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Existem desde 2014! Já havia quotas!

O Orador: ... (essencial!) para podermos resolver este assunto.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em final do ano passado, o Governo apresentou um conjunto de medidas, algumas envolvendo verbas comunitárias, outras envolvendo apenas verbas regionais, antecipação de pagamentos, reforço de prémios, enfim, um conjunto de medidas que foram completamente esquecidas na apreciação que se fez sobre esta matéria. Bom, se foram esquecidas aqui, a única coisa que resta é os agricultores que vejam então em que é que isso ajudou as suas explorações,

porque, efetivamente, o problema não é saber se os agricultores ainda têm ou não têm dificuldades. Obviamente que têm dificuldades e muitas (e muitas!). A questão é saber quantos agricultores é que nós ainda teríamos nos Açores se o Governo Regional não tivesse criado as medidas que criou em final do ano passado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): De resgate em resgate, vamos salvando alguns!

O Orador: Apenas para terminar, Sra. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, a legitimidade com que politicamente o PSD quer assumir este debate é contraditada pelo seu comportamento. Quem está preocupado com a situação dos agricultores açorianos apoia as medidas que, no Orçamento de Estado, ajudam os produtores de leite açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Quem faz uma intervenção de peito feito como aquela que o Sr. Deputado Renato Cordeiro fez daquela tribuna apoia, por exemplo, a questão da isenção de 50% do pagamento das taxas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não! Apoia é de 100%! Está no nosso Programa de Governo: 100%!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O nosso anterior Programa do Governo era bem melhor!

O Orador: ... à Segurança Social. Não o fazendo, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aquilo que o PSD fez aqui foi pura e simplesmente conversa, conversa para enganar os agricultores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Nós já sabemos que deste debate, até pela forma de citações erradas, que o Sr. Deputado Renato Cordeiro incorreu,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não, não!

O Orador: ... alguma falta à verdade, pouco rigor,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas diga onde foi! Concretize! É que essas afirmações assim também são vagas!

O Orador: É verdade! Veja os seus papéis!

... falta de rigor, falta à verdade, desta discussão e pelo ambiente que está criado, não resultará certamente luz nenhuma.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Diga quais são as situações, Sr. Presidente. Acusa, tem que clarificar!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Mas há uma coisa que os agricultores dos Açores podem ter a certeza: é que este Governo continuará, até ao limite dos seus recursos, e esses têm limite,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Também queremos a mesma tolerância!

O Orador: ... e até ao limite das suas competências a fazer tudo o que tiver ao seu alcance para ajudá-los.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O discurso redondinho que significa zero!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e PSD)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta declaração política que nos trouxe o PSD é uma declaração...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Todos nós sabemos que o Sr. Deputado Aníbal Pires se consegue sobrepôr a todas as vozes, mas não é isso que nós pretendemos e, por isso, apelo mais uma vez à vossa capacidade de moderar os vossos apartes.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Esta declaração política que o PSD nos trouxe aqui é, com certeza, oportuna, até porque estas questões têm estado e estão na agenda política regional, e não só, estão na agenda política nacional e na agenda política europeia.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Mas eu não posso deixar de dizer que também se trata aqui de algum exercício de hipocrisia política,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estragou tudo, Sr. Deputado!

Deputado Bruno Belo (PSD): A gerigonça!

O Orador: ... uma vez que, como nós sabemos, há com certeza diferentes níveis de responsabilidade e a região e o Governo Regional têm também responsabilidades, mas aquilo que está na génese da questão foi uma decisão que foi tomada na União Europeia...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E apoiada pelo Partido Socialista!

O Orador: ... e apoiada pelo PSD,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mentira!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mentira! Capoulas Santos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a mudar a história!

O Orador: ... e apoiada pelo Partido Socialista e apoiada pelo CDS-PP. Isto é, nós chamamos-lhe fim das quotas, mas o que se trata efetivamente é da liberalização do mercado do leite no espaço da União Europeia e isso, e essa decisão política foi apoiada por V. Ex.^{as} e pelas vossas famílias políticas...

Deputado Bruno Belo (PSD): Olhe que não!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Prove isso!

O Orador: ... europeias. E, portanto, dessa responsabilidade, por muito que V. Ex.^{as} queiram, não conseguem descolar dela, nem com o observatório do leite, nem sem observatório do leite.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Também queres a geringonça nos Açores?

O Orador: É evidente que esta questão, tendo sido, tendo a sua génese numa decisão política da União Europeia, liberalização do mercado do leite, é no seio da União Europeia que tem de se encontrar soluções para esta questão, desde logo, independentemente de medidas que sejam...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Então não precisamos de um Governo Regional!

O Orador: ... aprovadas pelos estados-membros e que sejam aprovadas também aqui, na RAA, relativamente ao apoio do setor, na região.

Deputado António Parreira (PS): Naquela altura era uma questão regional!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor votou nesse Governo! Devia dobrar a língua!

Presidente: Srs. Deputados! Srs. Deputados!

O Orador: Eu posso, Sra. Presidente?

Deputado António Parreira (PS): Falo quando quiser e digo o que quiser!

Presidente: Srs. Deputados! O debate nas declarações políticas é feito apenas uma vez por bancada e por isso os partes não podem, de forma alguma, ser um debate paralelo.

Sr. Deputado Aníbal Pires, faça o favor de continuar.

O Orador: É evidente que relativamente à crise que se vive no setor e que decorre efetivamente da questão da liberalização, à qual crescem... E esta liberalização que efetivamente aconteceu em 2015, mas a verdade, Sr. Presidente do Governo, é que se no último ano não houve um acréscimo da produção,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é verdade!

O Orador: ... esse acréscimo de produção de leite no espaço da União Europeia já se tinha vindo a verificar assim que se começou a perspetivar a liberalização do mercado do leite e houve um aumento, houve efetivamente um aumento da produção de leite no espaço da União Europeia, que os países começaram a preparar-se exatamente para a liberalização. E, portanto, se, de facto, no último ano, não houve esse acréscimo, porque esse acréscimo já tinha vindo a acontecer em anos anteriores, é evidente que aconteceu isso, acontece o embargo à Rússia, acontece a diminuição das vendas para o mercado chinês, há aqui um conjunto de situações que levam a que a crise tenha sido ainda mais aguda do que aquilo que eventualmente se podia esperar. Mas a verdade é esta: aquilo que está na génese é a liberalização do mercado do leite no seio da União Europeia. E isso V. Ex.^{as} apoiaram. E para o PCP é muito claro: este mercado tem de ser regulado. O sistema de quotas era um bom sistema e garantia os preços à produção, garantia o escoamento da produção de leite e, independentemente de outros caminhos que devem ser tratados e que devem ser traçados para o setor, na RAA, porque, como disse há pouco, há responsabilidades a diferentes níveis, na indústria, eventualmente na produção também, há diferentes níveis de responsabilidade, mas a verdade é que o problema tem a dimensão que tem e tem a dimensão, na RAA, que será catastrófica, se efetivamente não se resolver o problema, mas o problema tem que ser resolvido é na União Europeia.

E, portanto, ao PSD o desafio que se faz é que junto da sua família europeia atue para que as soluções se encontrem aí, porque foi aí que foi criado o problema: a reposição das quotas, o fim do embargo à Rússia,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar.

Deputado Luís Maurício (PSD): Pensei que era a sua “família”!

O Orador: ... e sobretudo a rejeição...

É que a família política do PCP tem mantido esta posição desde sempre; sempre se opôs ao fim das quotas, e mais, continua a lutar pela reposição das quotas.

Mais! O PCP rejeita qualquer possibilidade de subsídio à redução da atividade na RAA. É preciso tomar outras medidas, certamente, mas rejeita qualquer subsídio à diminuição da atividade, assim como rejeita claramente, e já o disse, mas quer reafirmá-lo aqui, que este problema ou que a responsabilidade pela resolução do problema seja atribuída aos Estados ou seja atribuída às regiões, não! É no seio da União Europeia que têm de ser encontrados os mecanismos para que o setor, designadamente na RAA, encontre soluções de sustentabilidade. Não é apenas atirar dinheiro para cima do problema, este setor tem de ter sustentabilidade na RAA, face à importância económica que tem e que queremos que continue a ter na nossa região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A questão da crise do setor agrícola é uma questão da maior relevância para os Açores. O setor agropecuário é absolutamente fundamental no âmbito da criação de riqueza e da criação de emprego e a verdade é que, no que diz respeito às responsabilidades do Governo Regional nesta matéria, o Governo,

quer este Governo, quer os anteriores Governos sustentados pelo Partido Socialista, não prepararam a região para enfrentar um cenário internacional mais difícil, que não podem controlar. Não são as nossas instituições políticas regionais, nem são as instituições políticas nacionais que podem controlar os grandes cenários internacionais, e por isso a responsabilidade do Governo é não ter conseguido diversificar o setor, ao longo destes 20 anos. Portanto, caímos num regime de monocultura...

Deputado Duarte Moreira (PS): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: ... e esse regime de monocultura é estudado em todos os manuais de economia, esse regime de monocultura é extremamente vulnerável a alterações das situações internacionais. Os regimes de monocultura são extremamente vulneráveis. Sempre foi assim, inclusivamente na história agrícola dos Açores em que noutras situações, devido à alteração do contexto internacional, outros regimes de monocultura foram vulnerabilizados e destruídos.

E, portanto, nesse sentido, o que, durante 20 anos, um tempo muito longo, os sucessivos Governos Regionais deveriam ter feito era ter, de facto, alterado, diversificado o setor e não o fizeram. Fala-se no embargo russo. O embargo russo é algo para o qual Portugal não tem qualquer tipo de influência. Há um embargo que foi decidido por parte dos países mais relevantes da União Europeia aos russos e os russos retaliaram. Essa questão de os russos poderem levantar o embargo, é evidente que só o vão levantar a partir do momento em que forem levantadas as sanções também devido à situação da Ucrânia.

E, portanto, isso são situações em que não vale a pena estar aqui a fazer qualquer tipo de tomada de posição ou a enganar os agricultores a dizer que temos qualquer tipo de peso na resolução destas questões, porque não temos. A verdade é que não temos, são questões complexas da política internacional e são

questões que envolvem o levantamento de sanções à Rússia e, portanto, a Rússia vai retaliar enquanto estiver a ser alvo de sanções.

Portanto, este tipo de questões internacionais são questões em que nós não temos peso político para proceder a qualquer tipo de alteração. O que é que nós podemos fazer? O que nós podemos fazer é o que está ao nosso alcance e não alterar as grandes linhas da diplomacia internacional. Isso nós não temos capacidade, nem nós nem Lisboa.

A verdade é esta: o que o Governo deveria fazer é enfrentar, e vou dar aqui apenas três exemplos.

A descapitalização da lavoura. A verdade é que estão a ser negociadas linhas de crédito e estas linhas de crédito têm sido insuficientes e o regime precisa de linhas de crédito que o salvem, que lhe deem, neste momento, o oxigénio que precisa para respirar neste contexto internacional tão difícil. E a verdade é que estas linhas de crédito não estão decididas, não têm sido suficientes, responsabilidade do Governo. Isto aqui, sim, o Governo podia fazer alguma coisa e não fez.

É necessário também reforçar as linhas de transporte e de escoamento da produção dos Açores. Se nós não conseguimos, neste momento, exportar para a Rússia, e é muito “perspetivável” que nos próximos anos não se consiga fazer, porque não se verifica no horizonte a alteração da conjuntura política internacional, o que nós podemos fazer é encontrar outros parceiros, encontrar outros mercados, e aqui, sim, o Governo também poderia reforçar estas linhas, podia ter uma iniciativa política nesta matéria e também não o está a fazer.

Finalmente, eu considero que, neste contexto, o Governo também deveria apostar na reestruturação do setor, apostar na diversificação do setor e o que nós, quando olhamos para o Orçamento da região e as medidas que estão previstas, podemos verificar é que, neste momento, o esforço que está a ser realizado nesse sentido, o esforço do nosso ponto de vista orçamental, aquilo

que nós podemos fazer não é também o suficiente, não é o necessário para a agricultura dos Açores.

Portanto, nesse sentido, em relação à conjuntura internacional, estamos falados.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Em relação ao que o Governo, e termino, Sra. Presidente, poderia fazer e não está a fazer, é óbvio que o Governo Regional, neste momento, nesta matéria, não fez tudo, está muito longe de ter dado a resposta necessária e, mais do que isso, a resposta necessária que estava ao seu alcance.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso que não há mais inscrições.

Sendo assim, vamos então passar ao encerramento da declaração política.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,...

(Apartes inaudíveis do Deputado José Contente)

O Orador: ... Sra. e Srs. Membros do Governo:

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Duarte Freitas está no uso da palavra!

O Orador: Uma primeira e rápida explicação, em especial para o Sr. Deputado Aníbal Pires, mas que também serve de enquadramento ao restante. Eu convido-o a analisar os relatórios do “help check” da PAC, votado no final de 2008.

Deputado Berto Messias (PS): Diga quais são os seus contributos!

O Orador: Eu vou citar uma das propostas que o então relator e deputado do Partido Socialista e do Partido Socialista Europeu, Capoulas Santos, fez pelo seu próprio cunho. Dizia: “O regime de quotas expirará em 2015”, proposta de

Capoulas Santos. Proposta do então deputado, português também, Duarte Freitas,...

Deputado Berto Messias (PS): Isso é uma constatação!

O Orador: ... também está aqui escrito: “Não deve ser feita qualquer alteração às quotas de leite”. É esta a diferença.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, como é que votou o PPM?

Deputado Berto Messias (PS): Isso é uma constatação!

O Orador: Estão convidados a analisar estes relatórios,...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... onde se pode observar esta história.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é uma proposta, é uma constatação!

O Orador: Ouviu também o Sr. Deputado Berto Messias. Sabe o que é que são emendas?

Deputado Berto Messias (PS): Eu conheço esse documento! O senhor sabe que isso é uma constatação!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Seja sério!

Deputado José Ávila (PS): O senhor é o único sério nesta Casa!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, sabe o que é que são emendas? Emendas são propostas.

Deputado Berto Messias (PS): Eu conheço esse documento!

O Orador: E o Sr. Deputado Capoulas Santos, na altura, fez esta emenda.

Presidente: Srs. Deputados, por favor!

Deputado Berto Messias (PS): Isso é uma constatação!

O Orador: O Sr. Deputado não sabe o que é que são emendas, não sabe o que é que são as respostas de emendas, mas poderá analisar com mais calma.

Devemos, por isso, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, analisar historicamente a situação e, no final de setembro de 2006, em Oulu, na Finlândia, quando a então Comissária Mariann Fischer Boel disse no Conselho Informal da Agricultura, no dia 26 de setembro de 2006, que as quotas leiteiras eram arcaicas e que se devia repensar o modelo de contenção de produção leiteira na União Europeia, nessa mesma altura, esse assunto foi levantado por mim próprio, no Parlamento Europeu, que liderei um conjunto de perguntas de vários deputados, de vários partidos, à Sra. Comissária, para tentar bloquear, no início, esse processo. Quando cheguei aos Açores e chamei a atenção para o problema, fui acusado de alarmista, que estava tudo bem, que não ia haver problemas nenhuns. Ao longo dos anos, o PSD Açores...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Memória!

O Orador: ... e outras forças políticas sempre...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Gostavam tanto dele lá que o mandaram embora!

O Orador: ... disseram: “Cuidado que podemos ter um problema grave no coração da economia dos Açores”. Sempre nos disseram: “Está tudo previsto, está tudo preparado, os senhores não se preocupem”.

Ao longo dos anos, o PSD Açores e outras forças políticas foram apresentando propostas atrás de propostas, chumbo atrás de chumbo. Vou citar-vos algumas.

Desde logo, o centro do leite, que o próprio Presidente do Governo, agora ausente, mas que aqui, há bocadinho, veio intervir também sobre esta matéria, ele próprio, em 2004, enquanto Secretário da Agricultura, propôs a criação do centro do leite; 12 anos depois, zero. O PSD Açores apresentou, neste Parlamento, com as mesmas intenções, por três vezes, a criação do observatório do leite; por três vezes foi chumbado, zero a esse nível.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pelos senhores!

O Orador: Depois, como é que nos apresentamos em Bruxelas conhecedores da realidade e apresentando documentos para poder justificar as dificuldades que temos? É muito difícil sermos credíveis em Bruxelas perante uma situação destas.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é um sentimento!

O Orador: Isto foram promessas feitas, foram propostas feitas. Já propusemos a criação do Interprofissional. Propusemos, ano após ano, a criação de uma representação em Bruxelas, sempre, não era necessário, ainda no último Plano e Orçamento não era necessário, agora, à boleia da Madeira, para disfarçar a teimosia, ao longo dos anos, lá vamos ter uma representação. Ainda bem! Tarde e à boleia de outros e a más horas, mas, ainda bem, lá ficará. Depois, nos encarregaremos de pô-la a funcionar como deve ser.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Também aqui outras propostas, que têm a ver com a criação de novos produtos para a nossa indústria, planos que possam promover, junto da indústria, da universidade, a investigação para novos produtos, criação de produtos de maior valor acrescentado, que possam obter novos espaços nos mercados e com isso beneficiar os agricultores. Mas também a criação de um Interprofissional,...

Deputado Berto Messias (PS): Vamos manter!

O Orador: ... para que, ao longo da fileira, a distribuição dos rendimentos e das mais-valias seja feita de uma forma mais justa.

São um conjunto de propostas muito vastas que nós temos vindo a apresentar que eu renovo aqui, hoje, e que vamos implementar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora, temos um problema grave, neste momento, que é, face à inação do Governo Regional, temos um problema gravíssimo, especialmente

para os agricultores. Os produtores de leite foram os que, ao longo da fileira, ao longo destes anos, maior sucesso tiveram: produzem melhor e mais. Mas temos problemas na indústria, que não transforma devidamente, que é monopolista em alguns casos; temos problemas na distribuição, que condiciona, que esmaga os preços. E tudo isto, no fim da linha, cai em cima dos produtores, eles que, injustamente, são penalizados e que deviam ser, por justiça, os maiores beneficiados por aquilo que fizeram muito e bem, ao longo dos anos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas estas são as nossas propostas. Mas também vos digo mais, pegando, aliás, no exemplo que vos dei do “help check” da PAC, é que não é fácil aparecer uma pessoa como Capoulas Santos, em Bruxelas, a defender agora aquilo que nós propusemos também, já em abril do ano passado. Em abril do ano passado, eu próprio, numa visita a São Sebastião, na Terceira, disse que começava a haver, na Europa, a abertura para se criar um mecanismo que pudesse, de alguma forma, compensar o fim das quotas leiteiras. A França e a Áustria começaram a demonstrar disponibilidade para isso. Em abril do ano passado, eu o defendi e isso estava a ser trabalhado, agora, uma pessoa como Capoulas Santos,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: ... que se gabava de ter criado Jaime Silva como Ministro da Agricultura, o pior Ministro da Agricultura da história de Portugal,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... criado por Capoulas Santos, Capoulas Santos, como relator do “help check”, teve que subscrever aquilo que Jaime Silva propôs, dizendo que o

leite não era importante para Portugal, com o silêncio dessa maioria e da bancada do Governo,...

Deputado José Contente (PS): Quem foi dos Açores que impediu o embargo da BSE?

O Orador: ... tudo isto, como é que agora aparece Capoulas Santos, em Bruxelas, a dizer que afinal precisamos de um sistema para proteger os produtores leiteiros? É a última pessoa que pode ser ouvida, em Bruxelas. E depois o Sr. Secretário fica muito satisfeito por ir a Bruxelas acompanhado de uma pessoa com esta credibilidade na defesa das quotas leiteiras.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E termino já, Sra. Presidente, para dizer que nós, nos Açores, não precisamos de um Presidente do Governo analista político. É um analista político que reconhece que as pescas precisam de um resgate; é um analista político que reconhece que o leite atravessa uma tempestade perfeita.

Deputado Luís Garcia (PSD): E foge da sala!

O Orador: Então, Sr. Presidente do Governo, que ali não está sentado, mas estava, há bocadinho, deixou uma cadeira vazia, como está deixando vazios os açorianos de soluções para os seus problemas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Secretária Regional pediu a palavra para? Para uma interpelação à Mesa? Tem a palavra, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para uma interpelação à Mesa para informar que o Sr. Presidente, tendo tido que sair por motivos de agenda, teve o cuidado de informar previamente o Sr. Deputado Renato Cordeiro, que foi quem fez a declaração do PSD. E é, por isso, inaceitável e inqualificável....

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): A agenda do Sr. Presidente é estar aí sentado!

Deputado Luís Garcia (*PSD*): É sempre uma estratégia. É fugir ao debate!

A Oradora: ... a parte final do Sr. Deputado Duarte Freitas.

Presidente: Fica registada a sua interpelação.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Como é que o senhor fazia quando estavam aqui sentados?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Duarte Freitas, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Duarte Freitas** (*PSD*): Sra. Presidente, para uma interpelação para dizer que...

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... desconhecia essa situação de agenda do Sr. Presidente do Governo.

Agradeço a explicação da Sra. Secretária e peço desculpa, porque não sabia que ele tinha um problema de agenda.

Deputado Luís Garcia (PSD): É sempre um problema de agenda política!

Deputado José Ávila (PS): O senhor também tem sempre uma agenda política. Muitas vezes não está aí!

Presidente: Fica registada a sua interpelação também, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, encerrámos esta declaração política, vamos...

Sra. Deputada Graça Silveira, pede a palavra para?

Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Deputada Graça Silveira pediu a palavra para uma interpelação e eu preciso de a ouvir.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, para pedir um intervalo de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário, vamos também interromper os nossos trabalhos e regressamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 12 horas e 30 minutos.

Eram 15 horas e 12 minutos.

Presidente: Estávamos no ponto 6 da nossa Agenda e terminámos, ontem, os nossos trabalhos com a entrega, a distribuição por todos de uma proposta de substituição integral ao DLR que estávamos aqui a analisar e a debater.

Inscritos tínhamos a Sra. Deputada Zuraida Soares e o Sr. Deputado José Contente.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar por dizer, com toda a frontalidade, ao Sr. Deputado Luís Rendeiro, que a legitimidade que o senhor tem para questionar os meus

hábitos públicos é exatamente igual àquela que eu tenho para questionar os seus vícios privados, ou seja, nenhuma. E, portanto, eu aconselhava-o a escolher melhor o seu argumentário e a não se meter onde não é chamado.

Vamos agora ao sentido de voto do PS e do PSD, conforme a situação geográfica.

Em Ponta Delgada, o glifosato é prejudicial e, portanto, há que o banir; nos Arrifes, parece que não, porque é uma zona agrícola e, portanto, aí os agricultores têm que usar. É esta a argumentação que está aqui implantada. Na Horta, não sei se poderá usar ou não, mas eventualmente em Lisboa já se pode. Sras. e Srs. Deputados, decidam-se lá como é que é a geografia do tal do glifosato, por que é que se pode usar sem nenhum tipo de problema nuns sítios e noutros são os mesmos partidos que dizem que não se deve usar. Isto serve para o PSD e serve para o Partido Socialista, porque a questão é exatamente igual.

Deputado José Contento (PS): Não serve nada!

A Oradora: A seguir, foi aqui dito, variadíssimas vezes, por vários Srs. Deputados, que o glifosato é improvável ou é, digamos, pernicioso, provavelmente ou improvavelmente, é perigoso potencialmente, é cancerígeno provavelmente. Oh, Sras. e Srs. Deputados, faltou acrescentar uma coisa, é que é rentável economicamente.

Para acabar em mente, falta o rentável economicamente. E é porque é rentável economicamente que o facto de ser só, como aqui foi dito por um Sr. Deputado,...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... é só potencialmente perigoso é razão suficiente para não se aplicar o princípio da precaução.

Sras. e Srs. Deputados, o princípio da precaução, de acordo com a definição da própria legislação da União Europeia, aplica-se exatamente quando é

potencialmente, provavelmente, hipoteticamente, porque senão não era preciso o princípio da precaução para coisa nenhuma; legislava-se a favor ou contra, ponto final.

E, portanto, esta discussão é absolutamente surreal, porque o princípio da precaução é defendido e é imediatamente enterrado.

Finalmente, dizer que o povo francês, o povo italiano, o povo sueco, o povo alemão, seguramente, contataram e auscultaram todos os seus agricultores e é exatamente por isso que eles se opõem à prorrogação do prazo na União Europeia do uso deste produto químico. Nós, como ainda não os consultámos, como disse o Sr. Deputado Luís Rendeiro, ninguém consultou ninguém, mas o PSD consultou, obviamente, afinal chegamos à conclusão contrária aos franceses, aos italianos, aos suecos e aos alemães, porque eventualmente somos muito mais espertos e temos uma preocupação ambiental muito maior.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

O Sr. Deputado Luís Rendeiro pediu a palavra para um protesto. Um protesto a?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Protesto às declarações da Sra. Deputada.

Presidente: Tem a palavra. Dispõe de três minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Oh, Sra. Deputada Zuraida Soares, eu não questionei os seus hábitos nem os seus vícios públicos, eu assumi os públicos malefícios do tabaco, que são coisas diferentes.

A insinuação que a Sra. Deputada fez relativa a eventuais vícios da minha vida privada (se calhar gostava que me explicasse quais é que são) foi baixa, foi reles e, olhe,...

Deputado Duarte Moreira (PS): Olhe o seu nível!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Credo!

O Orador: ... foi a um nível que eu não vou reproduzir.

E, portanto, gostaria que a Sra. Deputada tivesse percebido...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... o exemplo que eu dei no debate no que diz respeito às questões relativas à saúde e não tivesse entrado por onde entrou, que ficou feio e qualifica a si.

Muito obrigado.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Isso agora é que ficou bonito!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer o seguinte.

Um deputado que, em nome do povo açoriano, chama a uma colega sua, portanto, a uma deputada, que está também aqui em nome do povo açoriano, baixa e reles, não merece estar nesta Casa.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não utilizei nesse contexto!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: E o povo açoriano tem que pensar duas vezes antes de voltar a escolher este senhor.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Eu prescindo, para já.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem então agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um pouco para reforçar parte da intervenção da Deputada Zuraida Soares e dizer o seguinte, isto, para se ver as diferenças que existem de posição nos partidos que já demonstraram qual o seu sentido de voto. Um PSD verde (um PSD verde!), na Golegã, e depois leiam o argumentário do PSD, para recomendar a proibição do glifosato no concelho da Golegã. Leiam! São exatamente os mesmos argumentos do PCP.

Mas a Câmara Municipal de Braga, que, por acaso, é composta por uma coligação tripartida do PSD, CDS e PPM, também já abdicou do uso do glifosato, assim como Vila Real e Castelo de Paiva, que são do Partido Socialista, ou ainda várias juntas de freguesia, designadamente na Ribeira Grande, e esta listagem que eu tenho aqui não é completa, porque sei que, por exemplo, na Ribeirinha, na ilha Terceira, a junta de freguesia também não usa glifosato, a Praia do Almocharife não usa glifosato, a Praia do Norte, que é uma freguesia PSD, CDS, PPM, também não usa glifosato, assim como a Matriz da Ribeira Grande, que também não usa glifosato.

Portanto, entendam-se! O que é válido para determinadas zonas do país deve ser válido para a RAA.

Para já, fico-me por aqui, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Aníbal Pires, de uma forma deselegante e inconsequente, acusou gratuitamente o CDS de estar vendido aos interesses das grandes multicanais.

Sr. Deputado, o CDS não está vendido pela simples razão de que não está à venda, ao contrário, o senhor está claramente ao serviço dos interesses dos grandes *lobbies* ambientalistas, que, além de fundamentalistas, hoje, são muito mais poderosos do que as multinacionais que o senhor tanto diaboliza.

Mas devo dizer-lhe, Sr. Deputado Aníbal Pires, sabe, a seriedade não é um monopólio dos comunistas e o carácter não tem cor partidária.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E devo dizer-lhe que o CDS defende aquilo em que efetivamente acredita e o senhor, ao contrário, que acredita e diz, nesta Casa, que os glifosatos são de uma enorme perigosidade, apresenta uma proposta de alteração em que se proíbe o uso deste herbicida na região apenas por seis meses. Afinal, a perigosidade do glifosato tem prazo de validade, Sr. Deputado?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Uma breve intervenção.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à posição do CDS relativamente a esta questão, o melhor talvez seja ouvirem um especialista vosso, o Professor Doutor Félix Rodrigues,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... que tem uma posição clara relativamente ao glifosato. É a única coisa que lhe posso dizer.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado José Contente, tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** A posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi, desde o início, penso que com alguns outros grupos parlamentares, fundada quer naquilo que se conhecia, quer naquilo que se estava para conhecer. E é por isso que esta última proposta do PCP, de alteração do diploma, não traz nada de novo, porque até acaba por adiar uma questão que ela própria há de ser dirimida nesse tempo. E, portanto, se o glifosato é perigoso ou tem essas escalas todas de perigosidade, tanto é agora, como nos próximos seis meses. Portanto, coerentemente, o PCP deveria, à partida, com essas certezas todas doutorais desta altura, resolver a questão, neste momento, e não adiá-la por mais seis meses. Por isso, nós pensamos que a nossa posição e a dos outros partidos que subscrevem esta posição, neste momento,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Veja lá se continuamos a expor o povo açoriano a este risco! Veja lá!

O Orador: ... é mais coerente no sentido de estar à espera desses estudos técnicos e, ao fim e ao cabo, de outra coisa, é que é preciso distinguir aqui uma situação que o Sr. Deputado Aníbal Pires, ontem, de algum modo, dizia que havia alguma confusão, mas não era da nossa parte. Quem confundiu a agência internacional das questões ligadas ao cancro com a agência da segurança alimentar foi o senhor, porque a primeira dizia que, de facto, eram potencialmente perigosos e a agência da segurança alimentar o que disse, e bem, é que era improvável, perante os estudos que se conheciam até agora, que fosse perigosa.

Portanto, são duas posições completamente diferentes.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Até lá continuamos a expor o povo açoriano a este abismo!

O Orador: E depois, também dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires que há um grupo, a nós nos parece, de partidos que, com rigor e até com algum sentido de proximidade da própria linguagem técnica, pela sua formação ou pelo seu

estudo, verificaram que havia determinadas situações em cadeia em termos químicos que inibiam a produção de três aminoácidos aromáticos (nem vou dizer o nome deles, porque isso não é uma discussão que venha para aqui: o triptofano, a fenilalanina e a tirosina, e, portanto, não há que trazer essas coisas para aqui com essa especificidade), mas convém dizer que isso tem importância para se perceber qual é que é o nível de atuação desse tipo de metabolitos. Aliás, a Sra. Deputada Graça Silveira abordou essa questão. O que nós queremos dizer, e essa é a discussão política, é que parece-nos ser responsável face ao estado do conhecimento dos impactos na saúde ou até daquilo que pode ser tomado em consideração, no futuro, que, neste momento, é mais prudente esperarmos por um prazo, que é relativamente curto, das conclusões de uma autoridade que ditava a nível mundial, que é a Agência Europeia de Segurança Alimentar, que tem efetivamente a seu cargo esse trabalho para poder fazer. E também nos parece que todos os partidos que aqui estão representados e que de algum modo têm esta visão, se os resultados forem concludentes em matéria de preto no branco, ficar estabelecido que isso é mesmo um produto cancerígeno, obviamente que há de haver aqui também a tomada de posições normais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olhe a confusão!

O Orador: E, de resto, há aqui novas confusões, porque se, hoje em dia, essa agência internacional de questões associadas ao cancro tem uma escala de graduação que vai desde o possível ao potencial ao não cancerígeno, obviamente isso significa que há muitos outros produtos que estão, como foi dito aqui, ontem, na classificação do glifosato e que não são proibidos. É a carne vermelha e são outros.

E, portanto, há um exagero e há um alarme, neste momento, perante os dados disponíveis, para se assumir essa posição extremista do PSD.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é do PSD! É do PCP!

O Orador: Desculpe! Do PCP!

Deputado Luís Garcia (PSD): É o hábito!

O Orador: Eu peço desculpa, é do PCP!

Mas queria também dizer aqui outra coisa ao Sr. Deputado Aníbal Pires. É que essa sua argumentação também da questão das multinacionais nessa luta sempre insana do PCP contra o dito capital parece que não é muito bem acolhida (eu sei que não vai gostar desta parte, mas eu vou ter que lhe dizer!) pelo seu camarada Putin, porque eles vão instalar uma fábrica da Renova de glifosato dentro de pouco tempo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraída Soares, para esclarecer e encerrar e sabendo que a Sra. Deputada já não tem tempo para me responder e eu respeito isso.

Queria, desde já, esclarecer que não lhe fiz nenhuma referência a título pessoal,...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não pareceu!

O Orador: ... qualifiquei as declarações que proferiu e nas quais não me revejo...

Presidente: Sr. Deputado Luís Rendeiro, não pode usar esta figura agora, porque sabe que, ainda por cima, a Sra. Deputada não tem tempo.

O Orador: ... e não podia concordar. E só queria deixar bem claro, e assumi que a Sra. Deputada não tem tempo, e, portanto, eu queria separar perfeitamente as águas daquilo que é o debate político e daquilo que é a questão pessoal.

Encerrando e voltando ao tema do debate que nos traz aqui, eu julgo que estão mais do que claras quais é que são as posições de todos os partidos neste debate.

O PCP e o Bloco de Esquerda pretendem proibir o uso de uma substância que tem associados riscos, nós não os negamos; outros partidos aqui presentes entendem que a melhor forma de solucionar o problema com os conhecimentos que se tem é garantir que estes produtos, que são ferramentas e que têm uma utilidade que também foi claramente identificada neste debate, são usados de forma criteriosa, cuidadosa, assumindo os riscos, e que haja fiscalização desse uso. Este tipo de posição vai ao encontro da auscultação que nós fizemos à sociedade, dos pareceres que se recolheram para fundamentar as posições neste debate e é uma posição que julgo que é equilibrada, que é coerente e que vai ao encontro dos interesses da saúde pública e da conservação ambiental.

E, portanto, Sr. Deputado Aníbal Pires e Sra. Deputada Zuraida Soares, apesar de não ter tempo, é importante também perceber que há vários lados da razão. A preocupação de saúde pública e ambiental que vos assiste não deixa de ser legítima; a ferramenta a utilizar é que pode ser outra e, no nosso entender, deve ser outra.

No que diz respeito aos exemplos que o Sr. Deputado Aníbal Pires aqui trouxe no que diz respeito às autarquias que decidiram não utilizar produtos com glifosato, o Grupo Parlamentar do PSD também já deu a explicação, por mais do que uma vez, que entendeu adequada: é que é muito importante separar as preocupações, as questões que se levantam no espaço urbano e sobretudo nos espaços de uso público e ainda mais naqueles onde podem circular crianças, porque os riscos inerentes às crianças são diferentes daqueles dos adultos, é muito importante separar esse tipo de questões nos espaços urbanos e nos espaços públicos, daqueles que têm a ver com o motor da economia regional que é a agricultura e com as necessidades específicas de conservação da

natureza, nos Açores, e de preservação da floresta Laurissilva, e recomendo uma nova leitura do parecer da Sociedade Portuguesa de Estudo das Aves, que acompanhou os trabalhos desta Comissão.

E, portanto, Sr. Deputado, entendemos que não há razão, para já, para alterar aquilo que é o panorama legal que a região já dispõe; Sr. Secretário Regional, entendemos que é sempre adequado promover o uso cuidadoso, criterioso e exercer os mecanismos de fiscalização do cumprimento das leis de que a região já dispõe, de modo a que haja segurança, a que haja qualidade ambiental e a que haja boa saúde pública na região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação à Mesa. Tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para informar a Mesa e toda a Câmara que o Bloco de Esquerda entregará, na Mesa, a definição, de acordo com a legislação da União Europeia, do princípio de precaução, que diz o seguinte: “O princípio de precaução permite reagir rapidamente face a um possível risco para a saúde humana, animal ou vegetal ou quando necessário para a proteção do ambiente. Caso os dados científicos não permitam uma avaliação completa do risco, este princípio permite, por exemplo, impedir a distribuição ou retirar do mercado produtos...”

Deputado Jorge Macedo (PSD): Entregue na Mesa que a gente sabe ler!

Presidente: Sra. Deputada, naturalmente que depois...

A Oradora: ... suscetíveis de serem perigosos”. Acabou. É esta a definição do princípio de precaução.

Muito obrigada.

Presidente: Depois de recebido pela Mesa, então será distribuído por todos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é preciso, porque a Sra. Deputada já leu!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sra. Presidente.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Autismo, Cancro, Linfoma não-Hodgkin, Alzheimer, falha renal catastrófica, malformações congénitas, desregulação hormonal, doenças cardíacas, são apenas algumas das patologias a que o glifosato tem sido associado por centenas de estudos científicos. Não tenho pessoalmente autoridade científica para poder afirmar que estes estudos sejam conclusivos, mas em boa verdade nenhuma das Senhoras e Senhores Deputados a tem também.

O que tenho, o que temos é legitimidade política para tomar decisões. E, face ao conhecimento e às contradições que existem, cabe-nos decidir politicamente, a bem do Povo dos Açores, pela proibição do glifosato como uma medida preventiva.

Todas estas patologias têm tido um crescimento preocupante na nossa região, em particular a incidência de cancro e os casos de autismo. E ninguém, nenhum de nós aqui neste Parlamento, pode neste momento afirmar com absoluta certeza e segurança se estão ou não relacionados com a exposição ao glifosato.

Mas é a nós, aqui este Parlamento Regional, que compete proteger a saúde dos açorianos!

Repito, o que já ontem afirmei, que, perante o volume de dados disponíveis que apontam para a perigosidade do glifosato, não fazer nada e deixar tudo como está seria, será uma negligência inaceitável!

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo,

Importa também esclarecer um outro aspecto importante. Ao contrário do que foi aqui afirmado, ontem, não se trata de uma escolha entre proteger a saúde pública ou prejudicar os agricultores!

Trata-se de proteger a saúde dos próprios agricultores e a segurança da sua produção. Para além disso, são muitos, cada vez mais, os agricultores que não utilizam este tipo de herbicidas e não falo apenas dos produtores biológicos. Muitos agricultores convencionais também recusam a utilização de um herbicida potencialmente carcinogénico.

Por último, sobre esta questão, é MENTIRA que não existam alternativas. As alternativas, viáveis, eficazes, económicas e ecológicas, vão desde os herbicidas sem glifosato, aos métodos mecânicos, térmicos e semi-químicos, que podem ser mecanizados.

O argumento do PS, do PSD e do CDS-PP para rejeitarem a proibição destes herbicidas, desde já, é o adiamento da tomada de uma decisão definitiva pela União Europeia. Consideram “prudente” não tomar uma medida que têm apelidado de extremista e “radical”.

Pois muito bem, não seja essa a razão para se deixar tudo como está. O nosso objectivo não é mostrar que temos razão. O nosso objectivo é defender a saúde do povo açoriano!

Por isso, alteramos a nossa proposta para que a venda e aplicação do glifosato seja apenas suspensa durante seis meses (nem tanto será necessário), enquanto esperamos que a União Europeia tome uma decisão.

Assim, já será uma proposta “prudente” e “não-radical”, de acordo com o vosso critério e penso que já não restam argumentos para a rejeitar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Sendo assim, vamos passar à votação.

Considerando que temos uma proposta de substituição integral, o Regimento conduz-nos ao artigo 136.º para procedermos à votação.

Diz-nos o n.º 4 que as propostas de substituição são debatidas na generalidade em conjunto com o diploma inicial, foi o que fizemos, e que depois a votação se faz pela ordem da sua apresentação.

Sendo assim, eu vou colocar à votação, em primeiro lugar, o projeto de DLR.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS; 19 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do PPM; 1 voto a favor do BE; 1 do PCP.

Presidente: Passamos então, tendo sido rejeitado, à votação da proposta de substituição integral.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de substituição integral do DLR apresentado foi rejeitada com 28 votos contra do PS; 19 do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do PPM; 1 voto a favor do BE; 1 do PCP.

Presidente: Tendo sido ambos chumbados ou reprovados na generalidade, vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Aníbal, pediu a palavra para uma declaração de voto?

(Inaudível)

Presidente: Era também para uma interpelação?

Há inscrições para declaração de voto?

Sra. Deputada Zuraída Soares, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer o seguinte. O Bloco de Esquerda votou favoravelmente a primeira versão deste projeto de DLR e a segunda e gostaria de acrescentar o seguinte e o porquê.

O princípio da prudência ou é radical ou não existe e, portanto, o ser comedido em termos ambientais ou é radical ou não há comedimento nenhum. E, portanto, aquilo que a segunda versão deste projeto de DLR do PCP faz é adoçar uma medida que, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, está mais do que justificada, que é a aplicação do princípio de precaução. Fazê-lo só por seis meses? Bom, a nós não nos incomoda, aquilo que nos incomoda é que não haja mais seis meses e mais seis e mais seis. Mas cá estaremos daqui a seis meses para ver na realidade qual é a continuidade que este projeto, que de radical não tem nada, tem tudo de precaucionário e de sensato, e, mesmo que fosse radical, não vejo motivo para preocupação, cá estaremos para dar continuidade a esta pretensão justa.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Aníbal Pires tinha pedido então a palavra para uma interpelação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sim, Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos então dentro de 15 minutos.

Eram 15 horas e 40 minutos.

Eram 16 horas e 02 minutos.

Presidente: Entramos agora nos pontos 7 e 8 da nossa Agenda, uma vez que, conforme deliberado na Conferência de Líderes, estes dois pontos serão debatidos em conjunto, e por isso mesmo cada grupo parlamentar e representação parlamentar, assim como o Governo, dispõe de mais 10 minutos para esta discussão.

O ponto 7 é o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 52/X – “Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 23/2006/A, de 12 de junho”**, é apresentado pela Representação Parlamentar do BE, e o ponto 8 é a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 56/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2006/A, de 12 de junho, que estabelece o regime jurídico do transporte coletivo de crianças”**.

Sra. Deputada Graça Silveira, pede a palavra para?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para informar que, ao abrigo das disposições previstas no artigo 134.º do Regimento, o Grupo Parlamentar do CDS-PP fez chegar à Mesa um requerimento a solicitar a V. Ex.^a a baixa à Comissão especializada competente em razão de matéria das duas propostas legislativas agora em discussão, no sentido de se consensualizarem posições e acautelarem aspetos relevantes dos pareceres que chegaram à Assembleia pelas várias partes ouvidas, para que se consiga chegar a uma proposta que assegure, de facto, uma melhoria do transporte coletivo de crianças.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Considerando que fez a apresentação do requerimento, penso que já não será necessário a Mesa fazer a sua leitura.

O requerimento foi admitido e, conforme estipula o artigo 87.º do Regimento, será de imediato votado, sem debate e sem direito a declarações de voto.

Vamos então votar este requerimento de baixa à Comissão, para os dois diplomas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O requerimento de baixa à Comissão foi rejeitado com 28 votos contra do PS; 20 a favor do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Tendo sido rejeitado o requerimento, vamos então dar continuidade ao debate.

Dou a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares para apresentar o seu diploma.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em 1997, o Governo Regional (1.º governo do PS, nos Açores) considerava que se gastava demasiado em transporte escolar, naquela que era (e continua a ser) a fatia mais importante da despesa do Fundo Regional de Ação Social Escolar.

Assim, nesse ano - mais precisamente, a 13 de maio -, Carlos César, em reunião do Conselho de Governo, decide criar uma comissão para analisar a estrutura da rede de transporte escolar e a sua comodidade, segurança e preço, para preparar o processo negocial com as empresas de transporte coletivo de passageiros, com o objetivo de reduzir o custo do transporte escolar para o ano letivo de 1997/1998, bem como assegurar a qualidade e comodidade do serviço.

Na altura da criação dessa comissão, o Conselho do Governo admitia que seria importante adequar os horários da rede de transportes públicos aos horários das escolas, já que o transporte escolar representa o principal gerador de

passageiros para a rede e porque importa reduzir, tanto quanto possível, os circuitos de aluguer e ainda porque a generalidade da rede não apresenta as condições de segurança e comodidade necessárias às características do transporte escolar (estou a fazer uma transcrição, quase literal, dos considerandos da Resolução n.º 120/97, de 12 de junho e que deu origem à tal comissão).

Em 2002, foi assinado um contrato com as várias empresas de transporte coletivo rodoviário, segundo o qual são as escolas que têm de adequar os seus horários aos horários das empresas (cláusula 4.ª dos contratos), facto que não deixa de ser verdadeiramente extraordinário!

Chegamos a 2006. Nesse ano, é publicada a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril (transporte coletivo de crianças) que define de forma muito precisa o seu objeto, e passo a citar: "... regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos, adiante designado por transporte de crianças, de e para os estabelecimentos de educação e ensino...", fim de citação. E mais, no n.º 3 do seu Art. 2.º, é clarificado que, e cito: "A presente lei não se aplica aos transportes em táxi e aos transportes públicos regulares de passageiros, salvo se estes forem especificamente contratualizados para o transporte de crianças."

Portanto, nos Açores, as empresas de transporte público teriam de obedecer aos requisitos de segurança da Lei n.º 13/2006!

Assim, o grupo parlamentar do PS não perdeu tempo e apresentou uma proposta que adaptava à Região a Lei n.º 13/2006, iniciativa reconhecida, pelo então Presidente da ALRAA, como a primeira vez que a Região exerceu, e cito, a sua "competência concorrential entre o Governo, a Região e os órgãos de soberania", fim de citação.

A referida adaptação constou do seguinte: - retiraram da Lei n.º 13/2006 tudo o que pudesse incomodar as empresas de transporte coletivo que tinham assinado o contrato para a prestação do transporte escolar. É por isso, que o objeto no DLR n.º 23/2006/A corta a referência ao transporte de crianças, de e para os

estabelecimentos de educação e ensino, e somente submetem ao cumprimento, inequívoco deste quadro legislativo, as empresas especializadas no transporte de crianças, pois expurgam o n.º 3 do Art. 2.º da Lei n.º 13/2006!

A proposta que deu origem ao DLR n.º 23/2006/A foi aprovada, num processo muito célere, não fossem as empresas com contrato para a realização do transporte escolar, obrigadas, pela Lei n.º 13/2006, a cumprir normas de segurança muito mais exigentes. Nesse processo de adaptação à Região da Lei n.º 13/2006, as empresas contratualizadas para garantir o transporte escolar nem precisaram de ser auscultadas, o que não deixa de ser significativo. Porém, algumas delas foram então informalmente informadas de que o novo regime não traria quaisquer implicações para o transporte escolar e que tudo poderia continuar como dantes.

Concentremo-nos, agora, na análise do atual DLR n.º 23/2006/A:

- 1.º - As empresas de transporte regular de passageiros que transportam crianças têm de cumprir normas de segurança, mas a obrigação de providenciar o ‘encarregado’ pode ser delegada à entidade organizadora do transporte (ou a escola ou a SREC);
- 2.º - As autarquias e as IPSS’s podem (ou não) estar dispensadas do cumprimento de qualquer normativo de segurança, pois o licenciamento da atividade (transporte de crianças) segue um processo de certificação e licenciamento eventualmente diferente;
- 3.º - Da comparação entre o diploma nacional e a sua adaptação à Região, resulta que o diploma da Região é mais rigoroso, relativamente à sustentabilidade financeira das empresas em comparação com as exigências de segurança.

Empresas há que consideram que os seus autocarros têm uma lotação para lugares de pé e sentados, pois transportam passageiros, sem distinção de faixa etária, e que até fazem muito ao aceitarem crianças com menos de 12 anos

como passageiros, quando a lei as considera como meio-passageiro. Empresas há que consideram que, por efetuarem transporte regular de passageiros, no âmbito de um Acordo para o transporte escolar, não têm de cumprir qualquer norma de segurança inerente ao transporte de crianças.

O atual DLR só obriga, de forma clara e inequívoca, ao cumprimento das normas de segurança, o transporte especializado de crianças. Ora, há empresas de transporte coletivo regular de passageiros e com contrato para realizar transporte escolar nas suas carreiras regulares que também disponibilizam transporte especializado de crianças.

E é, exactamente, por isto, que o absurdo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. E Srs. Membros do Governo, acontece: - é possível que uma criança possa ser transportada, de manhã, por uma empresa, no âmbito do contrato de transporte escolar, sem que esteja sujeita às normas de segurança para o transporte de crianças. Mas, de tarde, a mesma criança pode ser transportada, pela mesma empresa, num transporte especializado de crianças, e dessa vez, sujeita - e bem! - às normas de segurança para o transporte de crianças!

Há empresas que alegam que seria impossível compatibilizar os horários dos seus transportes coletivos regulares de passageiros, que realizam o transporte escolar, com os horários das escolas, porque as escolas estão muito dispersas. É o caso, por exemplo, da Escola Tomás de Borba (cuja associação de pais e encarregados de educação se queixou da falta de cumprimento das normas de segurança), escola que fica fora do centro de Angra.

Alegam algumas empresas que, além de ser difícil conciliar horários, devido à dispersão de escolas, seria também impossível transportar alunos (que são 'crianças', não nos esqueçamos) com outros utentes, e obedecer às regras do DLR. Alegam que seria sempre possível contratualizar, sob a forma de aluguer dos autocarros, o transporte específico e separado dos restantes utentes, mas isso ficaria mais caro.

Aliás, foi o que motivou a celebração do contrato de 2002, pois antes desse contrato, a despesa com o transporte escolar tinha crescido exponencialmente.

No caso de Angra do Heroísmo, a escola que é tida como a mais problemática, no que diz respeito à localização, é a Escola Tomás de Borba, pois todas as outras se situam, no centro da cidade, razão para que seja impossível cumprir as normas de segurança, nos autocarros que garantem o transporte para essa escola.

Todavia, todos/as sabemos que as mesmas situações (de sobrelotação e de crianças em pé, por exemplo) ocorrem em autocarros que fazem a ligação entre o Porto Judeu e as escolas do centro da cidade de Angra.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas isto é só para a Terceira? Não é para os Açores?

A Oradora: Passemos, agora, aos custos:

Em resposta a um dos nossos requerimentos sobre esta matéria, o Governo Regional informou o Bloco de Esquerda que despendeu, em transporte escolar, no ano letivo 2011/2012 – 5.528.648, 21€; no ano letivo 2012/2013 – 5.478.688,92€ e no ano letivo 2013/2014 – 5.305.199,20€ - Um total acumulado referente a 3 anos letivos de 16.312.536,33€! Só a Escola Tomás de Borba, no ano letivo 2013/2014, gastou 339.929€, uma das maiores despesas da escola, e superior (muito superior, Sras. e Srs. Deputados) à despesa com as refeições escolares.

As escolas têm autonomia para adjudicar e contratualizar as refeições escolares e são as responsáveis pelo pagamento, mas no caso do transporte escolar, o serviço é contratualizado diretamente com a SRE e é a escola que o paga.

Não deixa de ser interessante que a despesa com o transporte escolar seja muito superior àquilo que é gasto com o Passe Social! Tudo porque (como admitem algumas empresas) as escolas são os seus maiores clientes, mas são incapazes

de tentar compatibilizar os seus horários com as escolas. Há até empresas que não mudam os seus horários há anos!

A iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda, agora, em debate – Projecto de Decreto Legislativo Regional que pretende alterar o DLR nº 23/2006/A, já por mim referido – é incómoda (admitimo-lo), quer para as empresas com contrato para transporte escolar, quer para o Governo Regional e Partido Socialista, sobretudo (ou somente?), porque recupera a interpretação que pode e deve ser dada ao atual DRL, o qual, ao contrário daquilo que pretenderam fazer em 2006 à pressa, pode não livrar as empresas contratualizadas para a realização do transporte escolar do cumprimento das normas de segurança.

E é, exatamente, este o objectivo do Bloco de Esquerda: - obrigar as empresas, com contrato para a realização do transporte escolar, a cumprirem as normas de segurança do transporte para crianças. Compete ao Partido Socialista e ao Governo Regional por ele suportado garantir que assim seja!

E, já agora, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, compete a esta Casa, na qual estão sentados representantes do povo açoriano e também do Partido Socialista e também do Governo Regional, encontrar uma resposta consensual para alcançar este desiderato, razão pela qual o Bloco de Esquerda votou favoravelmente o requerimento apresentado pelo CDS.

O Partido Socialista, ao fim de nove meses (nove meses!) de estar à espera, de tentar, porque nem sequer começou nem tentou ainda, encontrar um consenso, ao fim de nove meses, vem a esta Casa e continua a recusar-se a fazê-lo. Os pais, as mães e os encarregados de educação desta região saberão tirar as suas conclusões.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra, para a apresentação da proposta de DLR, à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma primeira intervenção, e breve, para apresentar esta proposta de DLR que o Governo apresenta a esta Assembleia, decorridos nove anos do atual regime jurídico do transporte coletivo de crianças e que procura, e pensamos que consegue, adequar o regime atualmente vigente ao contexto social e normativo em que vivemos.

Apresentando de forma necessariamente sucinta, até porque depois teremos o debate, as principais propostas de alteração que esta proposta vem introduzir, destacaria, desde logo, a clarificação do conceito de transporte coletivo de crianças, um conjunto de alterações também que visam introduzir maior razoabilidade a este regime, como é o caso de limitar aos condutores dos veículos um conjunto de requisitos que, embora, até agora, se aplicassem também aos administradores, diretores e gerentes das empresas, apenas se referem ao exercício concreto daquela função de condutor e que se prendem com a sua capacidade técnica e profissional, não fazendo, por isso, sentido a extensão com que se aplicavam até agora.

Noutro plano, esta proposta visa harmonizar as exigências quanto à capacidade técnica e profissional dos condutores, independentemente da entidade que exerça a atividade, garantindo, assim, a estes profissionais igualdade de tratamento.

Ainda neste plano, institui-se a frequência obrigatória de uma ação de formação de condutores, prévia à realização do exame para a obtenção do certificado, e que se traduzirá, certamente, num reforço das competências destes profissionais.

No que se refere à segurança, refletem-se nesta proposta um conjunto de alterações que visam, naturalmente, proteger aqueles que são os utentes destes

serviços. A título de exemplo, a clarificação de que a lotação corresponde a lugares sentados e a eliminação do limite da presença de crianças até 12 anos para que haja acompanhamento por parte de um encarregado.

Com estas alterações, o Governo entende que a região passará a dispor de um sistema mais razoável, mais coerente, sobretudo mais seguro e que assegura uma efetiva melhoria àquele que é o quadro que enforma o transporte coletivo de crianças.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado André Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma nota prévia para justificar a posição do Partido Socialista em relação à votação do requerimento, dizendo que realmente este assunto aqui em discussão entrou, nesta Casa, pela primeira vez, no dia 18 de junho de 2015, através da proposta do Bloco de Esquerda, depois, a 6 de julho de 2015, entrou a proposta do Governo e realmente tivemos nove meses para analisar uma e outra propostas, em Comissão, em pareceres escritos, após a audição da prevenção rodoviária e poder decidir se existia ou não possibilidade de compatibilização de ambas as propostas. A Sra. Deputada Zuraida Soares, ainda ontem, foi informada por um colega meu do Partido Socialista que, não havendo essa possibilidade de compatibilização e havendo claramente inconformidade entre as duas propostas, o Partido Socialista tinha duas soluções: ou apresentava todas as propostas de alteração que o Governo apresenta na sua proposta na

proposta do Bloco de Esquerda, sendo acusado depois de maioria musculada, alterando, inclusive, artigos que o Bloco de Esquerda propõe, ou faz essas propostas de alteração na proposta do Governo, deixando liberdade para que a proposta da Sra. Deputada Zuraida Soares possa ser apreciada por todos, nesta Casa.

Dito isto, com a aprovação da Lei n.º 13/2006 de 17 de abril, que definiu, a nível nacional, o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos, o Partido Socialista apresentou, nesta Assembleia, nesse mesmo ano, uma proposta de adaptação à RAA, definindo um conjunto de regras básicas de segurança e transporte coletivo de crianças e jovens que assumem um papel fundamental na proteção desta faixa etária mais jovem.

A adoção de medidas especiais aplicáveis a todos os operadores regionais que se destinem a transportar especificamente grupos de crianças e jovens constitui uma forma de promover condições acrescidas de segurança e qualidade neste segmento de transporte, criando soluções com o objetivo de compatibilizar as regras de segurança com as desejáveis condições da sua aplicação, sempre necessárias numa região com as nossas especificidades e características.

Decorridos nove anos desta data, a entrada em vigor do DLR n.º 23/2006/A de 16 de junho, aprovado, nesta Casa, por unanimidade, e que aprovou o regime jurídico de transporte coletivo de crianças na RAA, é natural que se verifique a necessidade de rever algumas posições, tendo em conta as alterações de ordem económica, social, normativa que se verificaram desde então, que são reconhecidas pelo Bloco de Esquerda e pelo Governo dos Açores, que apresentam propostas de DLR que visam alterar este regime.

A proposta de alteração legislativa apresentada pelo Bloco de Esquerda, alegadamente com o propósito de clarificar o âmbito de aplicação do regime e reforçar as condições de segurança do transporte, recorre a soluções consagradas na lei nacional, não respeitando, na ótica do Partido Socialista, a

adaptação do regime regional, que apresenta diferenças face ao regime aplicável no continente,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Pois, pois!

O Orador: ... tornando-o, deste modo, em alguns pontos, incoerente, representando um retrocesso no uso da nossa autonomia e por não refletir as especificidades da nossa região.

A proposta de alteração legislativa apresentada pelo Governo dos Açores é mais abrangente,...

Deputada Zuraida Soares (BE): As crianças dos Açores são diferentes!

O Orador: ... mais adequada e vem dar resposta às evoluções e alterações normativas nacionais e europeias e às alterações socioeconómicas que se verificaram, nos últimos anos, sem descurar a uniformidade do regime e a realidade regional.

A proposta do Governo Regional dos Açores clarifica o âmbito de aplicação do regime e harmoniza e conforma as exposições relativas à capacidade técnica e profissional e clarifica os requisitos de acesso à atividade.

Após a análise efetuada às duas propostas em análise, o Partido Socialista apresenta propostas de alteração à proposta do Governo, incluindo observações e preocupações da prevenção rodoviária dos Açores, que, no nosso entendimento, podem ainda melhorar a proposta inicial do Governo Regional dos Açores.

Deputado António Parreira (PS): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista quer reafirmar, nesta Casa, que a RAA possui um transporte coletivo público seguro e adequado às nossas especificidades, que funciona bem, sem necessidades acrescidas de recursos financeiros públicos, recorrendo a uma frota que foi, nos últimos anos, renovada com mais de 200 novos autocarros.

O Partido Socialista não confunde transporte coletivo de passageiros com transporte coletivo de crianças nem com o transporte escolar...

Deputada Zuraída Soares (BE): O Partido Socialista não!

O Orador: ... e acredita que com esta alteração ao regime jurídico do transporte coletivo de crianças damos novamente passos seguros para que esta faixa etária possa continuar a ser transportada em condições de segurança, reduzindo com isso o risco de acidente, contribuindo para o bem-estar da nossa população em geral e para a melhoria das suas condições de vida. O conforto, a qualidade e a segurança dos transportes foram, são e continuarão a ser uma prioridade das políticas do Partido Socialista.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Seria bom enquadrarmos um pouco de história daquilo que é a história da legislação sobre o transporte público de crianças. Não confundi-lo com o transporte escolar e também julgo que é de alguma injustiça, para não dizer de muita injustiça, dizer-se que a legislação aprovada em 2006 foi uma legislação para fazer a vontade às empresas concessionárias.

Deputada Zuraída Soares (BE): Foi, foi! Com o PSD!

O Orador: E digo isso porque essa legislação, nessa altura, não foi aprovada à pressa,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não, não! Leia os diários!

O Orador: ... não foi aprovada de acordo com o gosto de uns em detrimento de outros,...

Deputada Zuraída Soares (BE): É ler os diários, Sr. Deputado!

O Orador: ... mas foi permitida, lembremos que, na altura, não estava nesta Assembleia o partido que é o arauto da moral e do ataque ao grande capital.

Deputada Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: Recordemos que, nessa altura, o Bloco de Esquerda não estava nesta Assembleia,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Que pena! Não se enerve! Tenha calma!

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o PCP não estava?

O Orador: ... mas não é por isso, Sra. Deputada, que os deputados, na altura, na Comissão de Economia, trabalharam em Comissão...

Sra. Deputada, não é só a Sra. Deputada que pode falar alto,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Está nervoso! Tenha calma! Essa bancada anda enervada!

O Orador: ... eu também posso falar.

Deputada Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu também posso falar alto, não é só a Sra. Deputada! E penso que o meu tom de voz mais alto não lhe prejudica...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): A audição!

O Orador: Não lhe prejudica. Fico por aqui.

(Risos)

Diria que, na altura, foram os deputados desta Casa que, em Comissão de Economia e com todo o tempo que foi necessário, na altura, presidida pelo Deputado José do Rego, conseguiram, em Comissão, consensualizar uma posição.

Sra. Deputada, pode dizer assim: “Ah, mas a legislação não presta. Na ótica do Bloco de Esquerda, os senhores, na altura, não fizeram um bom trabalho, nós

não concordamos com aquilo que os senhores fizeram”. Está no seu direito, agora, que o trabalho foi um trabalho sério, foi um trabalho profundo e não foi um trabalho feito à pressa para beneficiar uns em detrimento de outros, tenha santa paciência que dessa eu não posso concordar, ou com essa opinião o PSD e eu não podemos concordar.

Deputada Zuraida Soares (BE): Com certeza! Sei bem que não pode concordar!

O Orador: Aliás, diga-se que, na altura, a nossa legislação, a legislação aprovada em 2016 já trazia bastantes evoluções, não só àquela que era a legislação que existia e que era legislação nacional, como à própria legislação nacional. Portanto, fomos mais além do que aquilo...

Deputada Zuraida Soares (BE): Foram, foram! Tem toda a razão!

O Orador: ... que, na altura, estava previsto na legislação nacional, utilizando aquilo que tantas vezes nós dizemos que são as prerrogativas autonómicas que nos permitem adaptar legislação nacional à nossa realidade.

Mas feito um pouco de história para tentar, pelo menos, contradizer...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não sei se foi capaz!

O Orador: ... os adjetivos com que a Sra. Deputada classificou o trabalho dos deputados feito em 2006, chegamos agora a 2015.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, não! Por acaso estamos em 2016!

O Orador: E em 2015, em boa hora, o Bloco de Esquerda trouxe a esta Casa, na nossa opinião, uma boa proposta para ser apresentada e votada aqui, nesta Casa, primeiro analisada em Comissão de Economia e depois votada aqui em Plenário.

Deputada Zuraida Soares (BE): A legislação é muito clara, a contratação é que não!

O Orador: O Partido Socialista, como já é seu hábito, quando vê uma proposta das oposições, apressa-se a fazer um *copy paste*, pelo menos um *copy paste* da

ideia, não significa que seja um *copy paste* dos diplomas, dos artigos ou das alíneas, mas pelo menos um *copy paste* da ideia e, pouco tempo depois, aparece também e é analisado em Comissão de Economia e despachado para a Comissão de Economia um diploma do Governo Regional. O PSD, na altura, se bem se lembram, e penso que está plasmado nos diversos relatórios ou no relatório sobre esses diplomas que foram feitos pelo Sr. Deputado José Ávila, Relator da Comissão de Economia, por diversas vezes, solicitou que houvesse um consenso entre as propostas do Bloco de Esquerda, do Partido Socialista e com a colaboração de todos os outros partidos presentes e com assento na Comissão de Economia. Insistimos por uma vez, insistimos por duas vezes e insistimos por três vezes. Passado algum tempo, tentei perceber o que é que se passava, porque nem o Bloco de Esquerda dizia ai, nem o Partido Socialista dizia ui, ou seja, fiquei sem saber quem é que não queria o consenso, fiquei claramente sem saber quem é que não queria o consenso. Na última reunião, voltei a questionar, “Há possibilidade ou não há possibilidade de haver um consenso sobre as propostas?”. Novamente, verifiquei o silêncio ou pelo menos o desinteresse de ambas as partes.

Lamentamos que não tenha sido possível encontrar um consenso.

Para o PSD, a segurança está sempre em primeiro lugar. Agora, Sra. Deputada Zuraida Soares, não se pode é confundir contratação de um serviço, neste caso de transporte escolar, com legislação, e a Sra. Deputada, na sua intervenção, confundiu aquilo que são, na sua opinião, os defeitos da contratação e aquilo que é a legislação, não só aquela que está em vigor, como aquela que, neste momento, está a ser analisada e será votada.

Uma coisa é dizer que a contratação não acautela, que as concessionárias têm que adaptar os seus horários aos horários escolares, outra coisa é falar de segurança, que nunca o diploma anterior questionou ou põe em questão relativamente ao transporte escolar, ao transporte de crianças.

Na Comissão de Economia, o PSD também alertou para outros pormenores. Lembramo-nos nós bem que muitos dos nossos filhos fazem parte de associações e clubes desportivos e alertamos que isso também é transporte ou essas associações e esses clubes desportivos também fazem transporte de crianças e de jovens e era importante que o transporte de crianças ou a legislação que regula o transporte de crianças também pode ser aplicada no transporte de jovens atletas ou de membros jovens de uma determinada associação.

Por último, nós votamos favoravelmente o requerimento apresentado pelo CDS-PP, para que esses diplomas pudessem novamente baixar à Comissão. Foi a última tentativa, depois de várias tentativas feitas por nós, com a qual nós concordamos, para consensualizar dois diplomas, que ambos têm coisas positivas (isso foi afirmado pela Prevenção Rodoviária), mas que por ambos os autores nunca foi manifestada vontade (vai-se lá saber porquê) de consensualizar as coisas boas que um tinha e as coisas boas que o outro também tem.

Desse modo, o PSD anuncia já o seu sentido de voto, e votará favoravelmente quer a proposta do Bloco de Esquerda, quer a proposta do Governo Regional.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do PPM, nós consideramos muito positiva a iniciativa do Bloco de Esquerda nesta matéria, a preocupação que teve em melhorar o quadro legal, e também a iniciativa posterior do Governo Regional neste mesmo assunto.

A verdade é que esta mesma Assembleia foi confrontada, por diversas vezes, e agora também creio que está a ser discutida uma petição que descreve um

conjunto de problemas que o transporte escolar está a enfrentar, na ilha Terceira, em que existe um conjunto de peticionários que descreve um conjunto de dificuldades que o transporte escolar (e ineficiências e até ilegalidades), que as crianças estão a enfrentar no transporte escolar da ilha Terceira. Existe uma petição nesse sentido, entregue nesta Assembleia, creio.

Por isso, eu considero que algumas das propostas de alteração que aqui são feitas ao quadro legal são bastante positivas e resolvem alguns problemas, nomeadamente, por exemplo, o facto de passar a não existir qualquer tipo de dúvida em relação à lotação e ao transporte de crianças e de jovens, não sendo possível esse transporte, com crianças de pé e não sentadas, portanto, estabelecendo já e circunscrevendo esta questão, estabelecendo que o número de crianças e de jovens a transportar tem que corresponder ao número de lugares sentados.

Depois, eu considero também importante que as referências até aos 12 anos também sejam retiradas e essa também é uma proposta positiva.

Quero fazer apenas aqui dois pequenos reparos, nomeadamente em relação à proposta de alteração do Partido Socialista, que nós vamos votar a favor, no artigo 5.º, há aqui uma referência ao seguinte: “O número de crianças a transportar nos veículos onde se efetua o transporte coletivo de crianças”. Eu penso que aqui a comissão de redação final deveria incluir também, onde está escrito o número de crianças, deveria passar a escrever-se o número de crianças e jovens, integrar esta expressão, para corresponder ao que está escrito no artigo 2.º, da alteração proposta pelo Governo, no ponto de vista dos conceitos, que é passar a defender um conceito do transporte regular especializado ocasional de crianças e jovens. E, portanto, falta a expressão “jovens” na proposta de alteração do Partido Socialista.

Portanto, eu penso que essa precisão é importante para que não existam dúvidas.

Depois, eu sei que esta expressão aparece na proposta de alteração do Partido Socialista e também aparece na proposta do Bloco de Esquerda, que é esta: “quando o veículo estiver parado ou estacionado para tomar ou largar crianças”, (tomar ou largar crianças). Eu sei que este é o vocabulário que é utilizado atualmente, na legislação nacional até, mas eu penso que esta expressão não é adequada, “tomar ou largar crianças”. Portanto, eu acho que se deve alterar. Estive aqui a ver uma legislação noutros países lusófonos e a expressão que é utilizada é...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Embarcar ou desembarcar!

O Orador: ... embarcar e desembarcar. Eu penso que esta expressão deveria ser atualizada e, portanto, deveria ser abandonada esta referência, tendo em conta que eu sei que é correntemente utilizada, mas deve ser alterada, tendo em conta as circunstâncias e também a atualização deste tipo de conceitos na sociedade moderna.

Portanto, nesse sentido, o nosso posicionamento é, para já, este, fazemos estas chamadas de atenção, estamos aqui, vamos continuar, com certeza, a participar no debate, ao longo desta tarde.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria por esclarecer a referência feita pelo Sr. Deputado Jorge Macedo à forma como o Governo teria vindo, a seguir à iniciativa do Bloco, apresentar a sua iniciativa.

A iniciativa do Bloco de Esquerda, se não me falha a memória, deu entrada nesta Assembleia em 18 de junho; a do Governo foi aprovada em Conselho de

Governo no dia 6 de julho, consta do comunicado que foi feito no dia 10 e deu entrada aqui no dia 14 de julho. Mas se ainda assim as Sras. e os Srs. Deputados pensassem ou fossem levados a acreditar que o Governo tinha ido à pressa fazer uma proposta...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não disse isso!

A Oradora: ... para vir responder à proposta do Bloco de Esquerda, é esclarecedora a audição da Prevenção Rodoviária Açoriana que refere, na sua audição, que participou com o Governo da preparação da legislação. E, portanto, para dizer que houve aqui a feliz coincidência de o Bloco de Esquerda ter apresentado uma iniciativa sobre uma temática que era também objeto da atenção do Governo.

Agora, há aqui uma outra questão, que, aliás, já foi aqui afluída, e que eu acho que é importante sublinhar.

A Sra. Deputada, na sua intervenção de apresentação da sua iniciativa, que eu diria que foi um manifesto contra as empresas de transporte coletivo de passageiros,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Foi contra o incumprimento da lei!

A Oradora: ... traça um quadro...

E cumprem a lei, Sra. Deputada! Eu já lá chego!

Deputada Zuraida Soares (BE): Adaptada à maneira do Governo!

A Oradora: ... do transporte escolar que eu creio que a Câmara, na sua totalidade, não, porque a Sra. Deputada não o fará, mas concordará comigo que não tem a mínima correspondência com a realidade.

Anualmente, são transportadas milhares de crianças e jovens e grande parte delas em carreiras regulares de transporte coletivo de passageiros que contratualizaram, com a região, o transporte escolar.

Fez muito bem o Bloco de Esquerda em sinalizar com uma iniciativa a partir de uma situação, felizmente, localizada e que teve a ver com o serviço prestado

para uma determinada escola. Aliás, a esse propósito, devo dizer que o Governo tem acompanhado essa situação e ainda recentemente foi realizada uma fiscalização com patrulha da Polícia de Segurança Pública, que conclui que foram encontrados, sinalizados quatro passageiros em pé, embora houvesse número suficiente de lugares vagos para que viajassem sentados, tendo-lhes sido recomendado que o fizessem e que nada mais foi observado que, eventualmente, pudesse colocar em causa a segurança dos passageiros transportados. E posso dizer-lhe também, Sra. Deputada, que outras ações de fiscalização serão realizadas, porque a segurança é a nossa preocupação.

Agora, quero também dizer-lhe, Sra. Deputada, que o transporte escolar que se realiza na região é uma medida de apoio às famílias e que garante a igualdade de acesso à educação, não é a única, e, portanto, não é uma despesa que o Governo faz, é um investimento...

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah! Na educação é!

A Oradora: ... que o Governo faz na educação das suas crianças e jovens.

Aliás, este modelo de utilização de carreiras regulares para transporte escolar não é um modelo exclusivo da RAA. Não posso é deixar de relevar à Sra. Deputada que nós não nos revemos nem podemos rever no quadro que a senhora traça do transporte escolar da região, nem acredito que algum açoriano o faça. As mães, os pais, os encarregados de educação de crianças e jovens dos Açores reconhecem no transporte escolar um apoio imprescindível à vida familiar e um recurso essencial para que os seus filhos frequentem a escola.

No mais, a proposta que o Governo apresenta para transporte coletivo de crianças, cremos que vai muito mais além do que a proposta que o Bloco de Esquerda apresenta, porque há um conjunto de preocupações que tem a ver com a formação, com a certificação dos profissionais, por exemplo, que não estão refletidas na proposta do Bloco de Esquerda.

E sem querer entrar na especialidade, ou entrando, Sra. Presidente, perdoar-me-á, mas também assim, por razões de economia de tempo, eventualmente que eu possa invocar, julgamos que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista identificou alguns detalhes para os quais apresentou propostas de alteração que melhoram a proposta do Governo. E, portanto, eu não tenho nenhuma dúvida em afirmar que a proposta de DLR que o Governo apresenta a esta Casa responde melhor às necessidades que foram identificadas do que a proposta do Bloco de Esquerda, até porque a proposta do Bloco de Esquerda não se move tanto pela melhoria deste regime em si, mas, mais uma vez e como eu disse no início da minha intervenção, é uma forma de se manifestar contra as empresas que fazem transporte coletivo de passageiros e isso, Sra. Deputada, tem a ver...

Deputada Zuraida Soares (BE): Dava-lhe jeito essa realidade!

A Oradora: ... com os nossos olhares sobre a realidade...

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah, pois tem, tem!

A Oradora: ... e sobre a forma como devemos intervir sobre ela e que são, nesta matéria, irreconciliáveis.

Obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Vamos então aos olhares!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 17h05m.

Eram 16 horas e 51 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 16 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade ao debate. De momento, a Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Disse, há pouco, na sua intervenção, a Sra. Secretária Regional que nós temos diferentes olhares sobre esta matéria. Presumo que nós será, por um lado, o Governo Regional e o Partido Socialista e, por outro, o Bloco de Esquerda. Tem toda a razão, Sra. Secretária, temos mesmo olhares diferentes sobre esta matéria e eu vou esclarecer, dizer-lhe alguns dos pontos em que os olhares são completamente diferentes.

Desde logo, a Sra. Secretária considera que os transportes são um investimento na igualdade de oportunidades, nós também, Sra. Secretária, mas nós também consideramos que o investimento nas refeições é um investimento para a igualdade de oportunidades. Tenho pena que a Sra. Secretária, ontem, não tivesse intervindo para dizer exatamente sobre a falta de qualidade das refeições o que agora está a dizer...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Então, o que a senhora quer é discutir as refeições escolares? Tenho pena que a senhora, ontem, não tenha falado sobre as refeições escolares!

A Oradora: ... sobre as empresas que transportam as crianças.

Mas, sim, têm a ver com igualdade de oportunidades.

Depois, outra diferença nos nossos olhares.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Oh, Sra. Deputada, quer que faça um voto de protesto? Veja o que está a dizer!

A Oradora: O projeto de DLR do Bloco de Esquerda entrou nesta Casa há nove meses, Sras. e Srs. Deputados (nove meses!), a proposta de DLR do Governo entrou há oito meses, Sras. e Srs. Deputados (oito meses!), a petição sobre esta mesma matéria entrou nesta Casa há oito meses e ainda não está sequer relatada. E, portanto, uma diferença de olhar é que o Bloco de Esquerda, como não tem nenhuma presidência de nenhuma Comissão, não pode ser responsabilizado por um atraso numa matéria de tamanha importância e que dá um contributo tão grande para a igualdade de oportunidades. Portanto, nove meses e oito meses, para quem considera uma matéria tão importante para igualdade de oportunidades, convenhamos que é um critério um pouco estranho.

Outra diferença de olhar. Eu gostava que alguém me explicasse, neste Parlamento, quais são as especificidades das crianças dos Açores que fazem com que as regras de segurança, na RAA, possam ser mais brandas do que no continente.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Mas não são!

A Oradora: E isso leva-nos exatamente para além de 2006 e para a adaptação da lei à região. E a pergunta concreta que eu tenho para o Partido Socialista é esta, porque os senhores são responsáveis por esta adaptação: por que é que da adaptação os senhores retiraram o ponto 3 do artigo 2.º,...

Deputado José Contente (PS): Leia o regulamento!

A Oradora: ... que diz exatamente que “a presente lei não se aplica aos transportes em táxis e aos transportes públicos regulares de passageiros, salvo se estes forem especificamente contratualizados para o transporte de crianças”. Os senhores retiraram este artigo da adaptação da lei e eu, como tenho um olhar diferente sobre a matéria, gostava de saber porquê. Porque, Sras. e Srs. Deputados, o que isto quer dizer é aquilo que eu denunciei daquela tribuna, é que uma criança,...

Deputado José Contente (PS): Leia o Regulamento de Salva Terra de Magos! Leia, leia!

A Oradora: ... de manhã, vai para a escola num transporte com um tipo de contratualização e não está obrigada, nem a empresa, nem a criança, a determinado tipo de regras de segurança, mas, à tarde, a mesma criança, porque a empresa já está sob outro tipo de contrato, então aí já vem com todas as regras de segurança. Mas isto o que é, Sras. e Srs. Deputados?

Deputado José Contente (PS): Não percebe nada disto!

A Oradora: Isto o que é? Este discricionarismo, de manhã, é de uma maneira, à tarde, é de outra, isto quer dizer exatamente o quê? E se as crianças dos Açores não tiverem cinto de segurança, andarem a pé nos transportes públicos como esta petição denuncia,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é nada disso!

Deputado José Contente (PS): Isso é em Salva Terra de Magos!

A Oradora: ... baterem com a cabeça num vidro e se ferirem, por que é que é diferente a especificidade dessa criança de uma criança do continente? Repito, por que é que na adaptação o Partido Socialista se deu ao trabalho...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Leia o artigo todo!

A Oradora: ... de retirar o ponto 3 do artigo 2.º, porque essa é que é a linha vermelha do olhar do Bloco de Esquerda.

E, já agora, vamos aos consensos. Na realidade, o Bloco de Esquerda ainda não convidou o PSD para servir de pau-de-cabeleira em qualquer tipo de negociações, pode ser que lá cheguemos, Sr. Deputado Jorge Macedo, mas ainda não estamos lá. E, portanto, quando o Sr. Deputado diz que o Bloco de Esquerda não fez nenhuma diligência para qualquer tipo de negociação,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não fez!

A Oradora: ... o senhor está a falar daquilo que não sabe, porque eu não tenho que fazer essa diligência à frente do Deputado Jorge Macedo. Primeira questão.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é na Comissão de Economia! É onde se discute o diploma!

Deputado José Ávila (PS): É verdade! Faltou a muitas!

A Oradora: Segunda questão.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Houve para aí 10 audições e a senhora esteve sempre caladinha!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Foram muitas, foram! Foram nove meses de audições, Sr. Deputado!

Segunda questão. Aquilo que me foi transmitido pela bancada do Partido Socialista na pessoa de um dos seus vice-presidentes, Deputado Francisco

César, foi, ontem à tarde, que havia três pontos inconciliáveis e, portanto, não havia possibilidade de consenso.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Onze meses depois e foi ontem à tarde!

A Oradora: Está feito!

Oh, Sr. Deputado, vire-se para aquela bancada! Deixe de emburrar com o Bloco de Esquerda!

Deputado Jorge Macedo (PSD): A senhora dirigiu-se foi a mim!

A Oradora: Os senhores estão com uma...

Presidente: Srs. Deputados, por favor, não entrem em diálogo!

A Oradora: ... psicose!

Já se mudou para ali, o Sr. Deputado também?! Já se mudou ou ainda não? Ou tem inveja da geringonça e também quer fazer parte?

Presidente: Srs. Deputados, por favor, não entrem em diálogo!

A Oradora: Fico à espera da resposta a três perguntas concretas: por que é que na adaptação da lei de 2006 foi retirado o ponto 3 do artigo 2.º, que é aquela que exatamente garante que as condições de segurança de uma criança não são umas de manhã e outras à tarde?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Está enganada!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é assim!

A Oradora: Por que é que foi? Segunda, quais são as especificidades dos Açores e das crianças dos Açores que fazem com que aqui a exigência da segurança seja mais branda do que no continente?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é mais branda nada!

A Oradora: Terceira. Por que é que as iniciativas legislativas e a petição sobre esta matéria estiveram nove meses, oito meses e esta petição ainda nem sequer foi relatada? Oito meses a marinar! Alguém tem que responder a isso e não é o

Bloco de Esquerda que, volto a repetir, não tem a presidência de nenhuma Comissão.

Muito obrigada.

Deputado José Ávila (PS): A senhora concordou que ela não fosse agendada neste plenário!

Deputada Zuraida Soares (BE): Concordei!

Deputado José Ávila (PS): Então concordou e agora vem falar mal!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista gostava aqui de referir porque motivos não concorda com a proposta do Bloco de Esquerda e concorda com a proposta do Governo.

A proposta do Bloco de Esquerda de alteração ao artigo 2.º, na nossa opinião, constitui uma transposição dos números 1 e 2 do artigo 2.º da lei nacional que não merece a nossa aprovação,...

Deputada Zuraida Soares (BE): E 3!

O Orador: ... porque, por um lado, elimina um conjunto de conceitos que contribuem para a clareza do texto normativo e consequentemente para a boa aplicação do regime, tal como esse foi concebido pelo legislador regional e, por outro lado, em substância, não vem trazer nada de novo ao que já se encontra estabelecido no normativo regional.

Deputado António Parreira (PS): Muito bem!

O Orador: A proposta do Bloco de Esquerda de alteração do artigo 6.º constitui novamente uma transposição quase integral da redação do artigo 8.º dos vigilantes...

Deputada Zuraida Soares (BE): E o n.º 3 do artigo 8.º?

O Orador: ... da citada lei nacional.

Comparando a atual redação do artigo 6.º, em vigor, e a redação proposta pelo Bloco de Esquerda, constata-se que a grande diferença reside, por um lado, no facto de se exigir, na proposta do Bloco de Esquerda, dois encarregados quando o veículo automóvel pesado transportar mais de 30 crianças ou jovens, enquanto na atual redação determina, no mínimo, um encarregado independentemente do número de passageiros transportados e, por outro, no facto de a presença do encarregado dever ser exclusivamente assegurada pela entidade que organiza o transporte, quando na atual redação essa responsabilidade cabe ao transportador, com a faculdade de poder ser assegurada pela entidade que organiza o transporte, mediante acordo escrito entre as partes.

Quanto ao número de encarregados, importa também referir que se a entidade que contrata o serviço e que conhece bem o trajeto, o número de crianças, as características das crianças pode definir mais do que um encarregado, consoante as características e necessidades específicas de cada transporte, dois, três, quatro, o que a entidade que contrata quiser.

Relativamente à entidade que deve assegurar a presença do encarregado, o PS reconhece que a solução preconizada pelo legislador regional e em vigor é a que se apresenta como mais equilibrada, uma vez que atribui responsabilidade a quem recebe por esse serviço, a quem vai ser fiscalizado por esse serviço e a quem tem de garantir todas as condições para a realização do serviço contratado,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Exatamente!

O Orador: ... mas possibilita, mediante acordo entre as partes, que o encarregado seja da responsabilidade da entidade organizadora, definindo, assim, um regime mais flexível e adaptado à nossa realidade.

Deputada Zuraida Soares (BE): É isso! Flexível e adaptado à realidade!

O Orador: A proposta do Bloco de Esquerda para alteração do artigo 7.º, entrada e saída do veículo, constitui uma transposição da redação do artigo 16.º, tomada e largada de passageiros, da lei nacional.

O PS considera que, no fundamental, no regime atual e em vigor, salvaguarda as condições de segurança na entrada e saída do veículo não apenas no artigo 7.º, como também no número 3 do artigo 6.º, que obriga o encarregado a acompanhar as crianças e jovens, usando, para efeito, colete retro fletor e raquete de sinalização devidamente homologados quando estas tenham de atravessar a via, no artigo 27.º, na qual se exige que o contrato dos serviços regulares especializados preveja expressamente das paragens para entrada e saída das crianças e jovens e ainda no artigo 28.º, no qual se exige a identificação dos locais de tomada e largada de passageiros.

A proposta do Bloco de Esquerda de alteração ao artigo 30.º, “Documentos a bordo do veículo”, apenas é necessária no contexto da proposta do Bloco de Esquerda, uma vez que, ao eliminar a alínea h) da redação atual, tem que passar a fazer esta remissão no artigo 30.º.

A proposta do Bloco de Esquerda para o artigo 32.º, “Violação das regras de segurança”, decorre apenas das alterações propostas do Bloco de Esquerda a outros artigos. O artigo 2.º da proposta do Bloco de Esquerda, “Cláusula de penalização”, no entender do Partido Socialista, é excessiva e desproporcionada, pois as empresas de transporte coletivo que efetuam o serviço de transporte para o qual foram contratadas, quer sejam em serviços regulares, quer sejam em serviços regulares especializados ou ocasionais, estão já sujeitas aos regimes jurídicos específicos de cada uma das atividades que prevê o regime de fiscalização e o regime de sancionatório para cada incumprimento, prevendo, inclusive, a suspensão de autorizações de licenças e de alvarás.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: E esta proposta do artigo 2.º do Bloco de Esquerda até vai contra o artigo 2.3 que o próprio Bloco de Esquerda aqui apresenta, nesta Casa.

Importa ainda realçar que nesta proposta do Bloco de Esquerda constata-se uma grande confusão entre tipologias de serviço de transporte coletivo de passageiros, regular, regular especializado e ocasional e o transporte coletivo de crianças e o transporte de alunos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Há de explicar isso a uma criança!

O Orador: As empresas de transporte coletivo só podem efetuar estas tipologias de serviço, sendo que o transporte de alunos é efetuado ao abrigo do regime que for contratado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Exatamente!

O Orador: Se uma determinada tipologia de serviço não satisfaz as pretensões do estabelecimento de ensino poderá sempre recorrer a outra tipologia de serviço que considere mais adequada. Não podem as carreiras públicas, serviços regulares, que cumprem as regras de segurança gerais, transportando todas as tipologias de público,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Claro, e de crianças também!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): As carreiras regulares não transportam crianças!

O Orador: ... trabalhadores, idosos, crianças, jovens, universitários, constituir um transporte de crianças.

O artigo 3.º proposto pelo Bloco de Esquerda, norma revogatória, decorre do contexto também da proposta do Bloco de Esquerda, com a qual não concordamos. Em todo o caso, julgamos importante sublinhar que a revogação proposta no n.º 4 do artigo 14.º não faz qualquer sentido, porquanto que as empresas titulares de alvará de transporte coletivo regular de passageiros são

licenciadas nos termos do Decreto-Lei n.º 3/2001, de 10 de janeiro, de acordo com a qual ficam habilitadas a realizar serviços regulares, serviços regulares especializados e serviços ocasionais. Adicionalmente, estranha-se que a revogação proposta pelo Bloco de Esquerda não abranja os artigos 28.º e 37.º, que dispõe os serviços ocasionais, quando estes foram suprimidos na sua proposta de alteração.

Concluimos que o projeto de alteração do DL proposto pelo Bloco de Esquerda é incoerente, limitando-se a transpor para a ordem jurídica regional disposições constantes de um regime homólogo aplicado no continente, sem atender à uniformidade do regime e à realidade regional, na qual se verifica o transporte coletivo de crianças e jovens e, em última análise, não atinge sequer os objetivos propostos pelo Bloco de Esquerda e que ele apregoa.

Por outro lado, Sras. e Srs. Deputados, temos a proposta do Governo, que, na ótica do Partido Socialista, é melhor, mais abrangente, mais adequada e que vem dar resposta às nossas realidades.

Clarifica, na nossa ótica, o âmbito de aplicação do regime, retirando os serviços regulares, uma vez que esta tipologia de serviço apenas se verifica no transporte público regular de passageiros, que se rege por legislação especial, sendo, neste ponto, a proposta do Bloco de Esquerda e Governo muito semelhantes.

Propõe também eliminar as disposições relativas à capacidade técnica e profissional dos administradores, diretores e gerentes das empresas e aos procedimentos conducentes ao reconhecimento dessa capacidade, harmonizando e conformando o regime com a legislação em vigor e as suas recentes adaptações. Elimina os requisitos de acesso à atividade de capacidade física e psicológica dos administradores, dirigentes e gerentes, porquanto tais requisitos dizem respeito somente aos condutores.

Clarifica, de igual modo, que a atividade de transporte coletivo particular está dispensada de licenciamento e da verificação dos requisitos de acesso; elimina

as exigências dos veículos afetos ao transporte coletivo de crianças estarem equipados com tacógrafo; clarifica e coloca no regime as alterações introduzidas ao código de estrada quanto à altura máxima da criança para efeitos de utilização dos sistemas de retenção.

Ainda ao nível da segurança, prevê que nos serviços regulares especializados ocasionais passe a ser obrigatório o acompanhamento por um encarregado, independentemente da idade da criança e do jovem, até aos 16 anos. Harmoniza as exigências relativas à aptidão técnica e profissional dos condutores, independentemente da entidade que exerça a atividade de transporte coletivo de crianças, garantindo a igualdade de tratamento no que se refere à certificação dos condutores para todos os tipos de transporte.

Ainda institui a frequência obrigatória de uma ação de formação de condutores, prévia à realização do exame tendente à obtenção do certificado de capacidade técnica e profissional. Inclui, por último, a polícia municipal nas entidades fiscalizadoras.

Sras. e Srs. Deputados, por todas estas razões, por todas estas apreciações às duas propostas em análise, como é óbvio, fica bem claro que a proposta do Governo...

Deputada Zuraida Soares (BE): Essa é que é uma boa proposta!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): É melhor do que a vossa!

O Orador: ... é a melhor e que em questões de segurança...

Deputada Zuraida Soares (BE): É melhor, é mais bonita!

O Orador: ... são todas elas reforçadas.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, muito obrigada pela clareza da sua apresentação, mas eu fiz uma pergunta, duas, aliás, e o Sr. Deputado esqueceu-se de me responder e eu vou insistir nelas: Por que é que o Partido Socialista tirou da adaptação da lei 2006 o ponto 3 do artigo 2.º? Primeira pergunta. Segunda pergunta: Em que é que as crianças dos Açores têm especificidades próprias que justificam esta eliminação?

Duas perguntas simples, Sr. Deputado. Continuo à espera que me responda.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria começar por dizer à Sra. Deputada Zuraída Soares, que sabe tão bem quando eu, que quando discutir um assunto com o Governo tem que escolher uma figura diferente da do voto de protesto. Portanto, não vale a pena estar, hoje, aí a insistir que eu, ontem, deveria ter dito não sei o quê,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Ui! Quantas oportunidades!

A Oradora: ... quando a senhora usou uma figura que não aceita intervenção por parte do Governo, muito menos aceite debate.

Portanto, este ponto é importante que fique claro para que as pessoas saibam do que é que estamos a falar.

Em segundo lugar, dizer-lhe, Sra. Deputada, que não acho sequer justo que a senhora insista em colocar em causa um serviço que, todos os dias, é prestado, na região, por um conjunto de empresas que asseguram o transporte escolar e

que movimentam diariamente mais de 14 mil alunos. Não é justo o que a senhora está a fazer.

Por último, Sra. Deputada, dizer-lhe que aquilo que o n.º 3 do artigo 2.º da lei nacional diz em nada contraria o que está no regime...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas porque foi retirado? A pergunta é essa!

A Oradora: Oh, Sra. Deputada, se analisar um e se analisar outro, vai ver que a solução material é exatamente a mesma,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, Sra. Secretária!

A Oradora: ... porque há uma palavrinha de que a senhora se esquece e que está aqui: especificamente!

Deputada Zuraida Soares (BE): Pois, exatamente!

A Oradora: Ou seja, não é o transporte regular que aceita todas as tipologias de passageiros, incluindo o transporte escolar. Isso é aqui na região como é no continente. A senhora esqueceu-se dessa palavrinha.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não esqueci, não!

A Oradora: Quanto ao resto, as crianças e jovens dos Açores são e continuarão a ser uma preocupação nossa. O transporte escolar continuará a ser uma prioridade do Governo, mesmo que isso a incomode.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para registar que eu fiz uma pergunta claríssima,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): E eu respondi!

A Oradora: ... a Sra. Secretária pode dar as voltas que quiser: o ponto 3 do artigo 2.º foi retirado na adaptação. Eu tentei explicar e acho que muita gente

me percebeu, daquela tribuna, por que é que o Governo o fez. Segunda pergunta: Quais são as tão referidas especificidades das crianças dos Açores que justificam essa eliminação? Ainda ninguém me conseguiu explicar. É que para mim as crianças dos Açores não têm diferença nenhuma e a obrigação e as exigências de segurança são as mesmas...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Exatamente! Tem toda a razão!

A Oradora: ... em qualquer ilha dos Açores, em Bragança, em Faro ou em Lisboa.

E, portanto, permanecem as perguntas: Quais são as especificidades das crianças dos Açores que justificam que o ponto 3 do artigo 2.º, que permite, ou melhor, impede que uma criança seja transportada de manhã e seja considerada um adulto e à tarde já seja considerada uma criança,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Oh, Sra. Deputada! Deus nos acuda!

A Oradora: ... por que é que isso foi retirado da adaptação da lei nacional, na RAA? E, para ser mais clara, que interesses é que essa alteração, ou melhor, essa não adaptação servem ao pretendem servir?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado André Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues** (*PS*): Sra. Presidente:

Respondendo concretamente ao Bloco de Esquerda sobre a sua questão colocada em relação ao ponto 3 do artigo 2.º, é exatamente esse ponto n.º 3, artigo n.º 2º que torna a sua proposta e os seus objetivos apregoados, nesta Casa, totalmente incongruentes, porque é este artigo, a nível nacional, que isenta o transporte regular de cumprir as regras de transporte coletivo de crianças.

Enquanto o Governo e esta Casa têm uma redação na legislação regional através de conceitos onde colocam ou não os serviços que são realizados, os serviços especializados e ocasionais, a nível nacional a exceção aos serviços regulares está colocada no ponto 3 do artigo 2.º.

É esta a justificação pela qual os objetivos que o próprio Bloco de Esquerda apresenta esta proposta não fazem sentido nenhum. Portanto, o objetivo que o Bloco de Esquerda queria atingir com esta proposta seria que todos os transportes coletivos, sejam eles regulares, regulares especializados, ocasionais, cumprissem regras de transporte coletivo de crianças específicas e a própria proposta do Bloco de Esquerda isenta o transporte de passageiros regulares dessas regras.

Tenho dito.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma última intervenção, Sra. Deputada, para dizer o seguinte:

Desde que a senhora ocupou, e bem, lugar nesta Assembleia, e digo bem porque traduz a pluralidade da nossa sociedade açoriana,...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que a senhora manifesta uma recorrente obsessão com um conjunto de interesses que vê em todo o lado, mas que nunca identifica.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é em todo o lado!

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Permita-me que lhe diga, Sra. Deputada, que fora desta Assembleia estão empresas, estão trabalhadores, estão empresários em nome individual, estão cidadãos...

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Secretária, poupe-me!

A Oradora: ... que não se reveem na constante superioridade moral e ética que a senhora invoca nesta Casa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Não se reveem, Sra. Deputada!

Quando quiser invocar interesses diga quais são esses interesses.

Deputada Zuraida Soares (BE): Estou farta de dizer!

A Oradora: Agora, atirar coisas para o ar para pôr em causa o bom nome das pessoas vai ter que chegar um dia, Sra. Deputada, que a senhora vai ter que mudar de registo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso é a Sra. Secretária um dia! Não vai ter sorte!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Chegados a esta hora do debate julgo que é possível, por parte do PSD, tirar duas conclusões.

A primeira é que se o Governo, nas palavras da Sra. Secretária Regional numa feliz coincidência, fez *copy paste* ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sr. Deputado, sinceramente!

A Oradora: ... da iniciativa/objeto do Bloco de Esquerda, também não é menos verdade que durante muitos meses...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): E tão *copy paste* que elas não são conciliáveis!

O Orador: Como é que a senhora disse? Pau-de-cabeleira, foi?

O pau-de-cabeleira (PSD!) tentou, dentro da Comissão de Economia,...

Deputado José Ávila (*PS*): É onde tem que ser!

O Orador: ... que se encontrasse um consenso entre duas boas propostas que a prevenção rodoviária classificava desse modo: duas boas propostas!

Mas a Sra. Deputada Zuraida Soares, pelo lado do Bloco de Esquerda, e o Partido Socialista, defendendo a proposta do Governo, nunca quiseram consensualizar posições.

Foi por uma vez, foi por duas, foi por três! Nunca quiseram!

Para espanto nosso a Sra. Deputada chega hoje, passados sete meses, oito meses, nove meses...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Nove!

O Orador: ... e vem dizer “mas nós não quisemos consenso; o senhor não sabe que conversas é que nós tivemos; ainda ontem à tarde eu falei com o Deputado Francisco César”.

Ontem à tarde?!

Então estivemos nove meses em Comissão de Economia a fazer o quê?

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Sr. Deputado, pergunte ao Partido Socialista, não me pergunte a mim!

O Orador: Tivemos nove meses a tentar consensualizar posições e a senhora vem dizer que ontem à tarde tentou encontrar um consenso?

Sra. Deputada, eu sei que o Bloco de Esquerda precisa das suas bandeiras e se na questão do FUNDOPESCA teve que partilhar a bandeira com todos os partidos presentes na Comissão de Economia, que chatice, foi uma maçada, mas foi assim. Paciência!

Se na questão da sustentabilidade das pescas teve que partilhar a sua bandeira com os partidos da oposição, que maçada.

Agora, não quis de modo nenhum abdicar da sua bandeira para fazer...

Deputada Zuraida Soares (BE): Que coisa triste! Os senhores hoje estão mesmo num mau dia! Estão mesmo num mau dia!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não estás muito bem, Jorge!

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Jorge Macedo possa continuar a sua intervenção.

O Orador: Eu ouvi o seu aparte...

Deputada Zuraida Soares (BE): Tão triste!

O Orador: ... mas não vou fazer sequer nenhum comentário à baixeza do seu aparte.

Deputado Berto Messias (PS): Ih!...

Presidente: Sr. Deputado...

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, qual foi a baixeza?

O Orador: Eu não vou fazer nenhum comentário à falta de nível do seu comentário.

Deputada Zuraida Soares (BE): Qual é a baixeza?

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares...

O Orador: Não vou fazer nenhum comentário!

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo...

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu quero saber qual é a baixeza!

Presidente: Sra. Deputada...

O Orador: Não vou fazer nenhum comentário à falta de nível do seu comentário.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo...

Deputada Zuraida Soares (BE): Os senhores têm que crescer porque hoje a única coisa que têm feito é portar-se abaixo do limiar da educação!

Presidente: Vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Cresçam e portem-se como uns homenzinhos!

Eram 17 horas e 48 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 09 minutos.

Vamos então dar continuidade ao debate.

Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Prescindo.

Presidente: Prescinde. Pergunto então se há mais inscrições?

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Volto a registar que as duas perguntas que eu fiz continuam por responder.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Não havendo e considerando que deu entrada na Mesa uma proposta de alteração ao diploma que estamos aqui a debater, teremos que fazer um

intervalo para permitir que a proposta seja admitida e distribuída por todos para depois então podermos proceder...

Sr. Deputado André Rodrigues, tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: É só para informar que foi o Partido Socialista que entregou uma proposta de alteração, após a sugestão do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Presidente: Obrigada pela explicação.

Vamos então fazer um breve intervalo até às 18 e 20, o tempo necessário para distribuir a proposta, para que depois então possamos passar à votação.

Eram 18 horas e 10 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, encerrado que está o debate na generalidade e já tendo sido distribuído por todos a proposta entregue pelo Partido Socialista que altera a antiga proposta de alteração ao artigo 5.º, vamos votar na generalidade, em primeiro lugar, o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 52/X, apresentado pelo Bloco de Esquerda, uma vez que é ele que consta, em primeiro lugar, da nossa Agenda.

Eram 18 horas e 28 minutos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de DLR apresentado foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do BE.

Presidente: Vamos então passar à votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 56/X, votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra faça o favor de sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos passar então agora para o debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos então fazer a votação.

Está à votação o artigo 2.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos então votar o artigo 4.º da proposta com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 5.º com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 6.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 7.º do diploma original.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Pergunto se há alguma oposição da câmara em votarmos os artigos 15.º, 19.º e o 31.º em bloco?

Sendo assim estão então à votação estes três artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 32.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está à votação o artigo 32.º com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Coloco à câmara a possibilidade votarmos em conjunto os artigos 41.º, 42.º e 45.º, ainda dentro do artigo 1.º.

Não havendo oposição estão à votação estes três artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Coloco assim à votação o artigo 1.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está à votação o artigo 2.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 3.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está então à votação agora o artigo 3.º com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Penso que não haverá oposição em votar os artigos 4.º e 5.º em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Encerrámos assim a nossa Agenda.

Sra. Deputada Graça Silveira, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A maioria dos pareceres e das personalidades ouvidas em sede de Comissão Parlamentar foram consensuais na opinião de que ambas as propostas apresentavam alterações ao atual regime jurídico do transporte coletivo de crianças, muitíssimo pertinentes, e como tal deveriam ser consideradas.

Neste sentido, o CDS-PP votou favoravelmente tanto a proposta do Bloco de Esquerda como o Projeto do Governo.

Não tendo sido esgotadas todas as possibilidades de consensualização das duas iniciativas, no sentido de alcançar uma proposta única que refletisse de facto os diferentes pontos de vista que nos foram apresentados, o CDS apresentou à Mesa um requerimento de baixa à Comissão de ambas as iniciativas numa última tentativa de conseguir que este objetivo fosse alcançado. O PS chumbou.

Lamentamos que em tantas outras matérias, algumas até de menor importância, o Governo e o Partido Socialista tenham procurado encontrar soluções de consenso e até de unanimidade.

E numa matéria desta importância que é de garantir a segurança no transporte das nossas crianças tenha feito valer a força da sua maioria absoluta.

Deputado Berto Messias (PS): A senhora votou a favor da nossa proposta!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Jorge Macedo, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por parte do PSD nós votámos favoravelmente as duas propostas que estavam aqui em discussão, porque entendemos que ambas as propostas tinham aspetos muito positivos.

Lamentamos, e já o referimos, que não tenha sido possível, ao longo do tempo, consensualizar ambas estas propostas.

De qualquer modo, julgamos que hoje foi aprovada uma proposta, um Decreto Legislativo Regional, que vai melhorar o transporte de crianças na Região Autónoma dos Açores, melhorando a segurança não só das crianças mas também regulamentando de um modo mais preciso algo ou alguns aspetos que precisavam de ser melhorados, até porque o tempo desde 2006 até agora alterou algumas das circunstâncias que estavam previstas na anterior legislação.

Aproveito também esta oportunidade para lamentar o facto de, na minha parte, que o debate que eu estava a ter tenha provocado perturbação neste plenário levando à interrupção dos trabalhos.

Peço desculpa por tal, e aproveito também para cumprimentar a Deputada Zuraida Soares com simpatia, e dizer-lhe que não será certamente um incidente que alterará quer a consideração que tenho por si, não só política, mas também pessoal, sendo certo que estamos aqui para debater, estamos aqui para

discordar, estamos aqui para concordar. E em alguns momentos se isso não é possível é muito importante que possamos sempre manter um tom de grande elevação.

Se da minha parte eu feri a sua suscetibilidade ou alguns dos meus argumentos possa a ter ofendido, da minha parte peço desculpa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu votei favoravelmente esta iniciativa porque considero que, de facto, resolve alguns dos pontos que estavam a sofrer maior contestação junto das famílias e alguns dos pontos mais vulneráveis do diploma em vigor.

Há, de facto, um avanço significativo nesta matéria.

Isto não significa que se tenha chegado a uma proposta, ou se tenha chegado neste momento a uma construção legislativa nesta área perfeita. Há com certeza pontos para integrar.

Eu, por exemplo, concordava com algumas das propostas da Sra. Deputada Zuraida Soares, a quem devo neste momento reconhecer o mérito de ter sido a primeira, aqui neste Parlamento, a entregar uma iniciativa e esse mérito político ninguém lhe pode retirar.

Seja como for, o que norteia o desempenho do PPM nestas matérias é considerar que tendo em conta os avanços realizados, as alterações propostas, se a legislação é ou não positiva, significa um avanço significativo.

Neste caso, nós consideramos que sem dúvida nenhuma aqui nesta matéria estamos hoje melhor do que estávamos, portanto as soluções são melhores.

Por isso, nós apoiámos e votámos favoravelmente esta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

Não há. Vamos então passar à leitura da Proposta de Deliberação:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de março”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Boa tarde a todos e um bom regresso a casa.

Eram 18 horas e 47 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Carlos Correia Garcia

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Documentos entrados

Listagem da correspondência

1 – Respostas a Requerimento:

Assunto: [Restabelecimento da autonomia do POSEI Pescas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 03 – 10

Referência: 54.03.00 – N.º 484/X;

Assunto: [Dificuldades no escoamento de peixe fresco a partir da ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 03 – 14

Referência: 54.07.09 – N.º 526/X.

2 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício de agradecimento pelo envio dos Votos de Congratulação e Saudação - 50.º Aniversário da Tertúlia Tauromáquica Terceirense “Thomé Bello de Castro”

Proveniência: A Direção da Tertúlia Tauromáquica Terceirense

Data de Entrada: 2016 – 03 – 11;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Protesto contra as alterações discriminatórias à Lei do Asilo, realizadas pela Dinamarca

Proveniência: A Chefe de Chancelaria da Embaixada da Dinamarca, Cristina Oskjaer

Data de Entrada: 2016 – 03 – 14;

Assunto: Ofício de acusar a receção do Voto de Protesto contra as alterações discriminatórias à Lei do Asilo, realizadas pela Dinamarca e de informar que o mesmo foi levado ao conhecimento dos Senhores Deputados das Comissões Parlamentares de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Comissão dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República

Proveniência: A Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 15.

3 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 03 – 16;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 03 – 14;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 03 – 16.

A redatora: *Sónia Nunes*